

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

THAÍS DE ALMEIDA LAMAS

AS DIMENSÕES POLÍTICAS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Rio de Janeiro

2016

THAÍS DE ALMEIDA LAMAS

AS DIMENSÕES POLÍTICAS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Me. Andre Vieira de Freitas Araujo

Co-orientador: Prof. Dr. Luciano Rodrigues de Souza Coutinho

Rio de Janeiro

2016

Ficha catalográfica

L213a Lamas, Thaís de Almeida.

As dimensões políticas da Biblioteconomia no Brasil / Thaís de Almeida Lamas. – Rio de Janeiro, 2016.

61f.

Orientador: Andre Vieira de Freitas Araujo.

Projeto Final II (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Biblioteconomia – Aspectos Políticos. 2. Empoderamento. 3. História da Biblioteconomia. 4. Movimento Associativo. 5. Política.
I. Araujo, Andre Vieira de Freitas. II. Título.

CDD: 020

THAÍS DE ALMEIDA LAMAS

AS DIMENSÕES POLÍTICAS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 18 de Julho de 2016.

Prof. Me. Andre Vieira de Freitas Araujo
Orientador

Prof. Dr. Luciano Rodrigues de Souza Coutinho
Co-orientador

Prof. Dr. Patrícia Mallmann Souto Pereira
Membro interno

Prof. Dr. Regina Maria Macedo Costa Dantas
Membro interno

Dedico este trabalho aos professores que estavam presentes nesta jornada do conhecimento, ao meu namorado e minhas amigas por estarem presentes me apoiando, incentivando e alegrando o meu dia a dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores, André e Luciano, por todo o conhecimento passado, por toda a ajuda e dúvidas que foram tiradas durante o processo de criação desta pesquisa, do início ao fim. Por terem dedicado seu tempo e terem acreditado no meu trabalho. A presença destas duas pessoas foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, sem eles, certamente, o resultado desta pesquisa não seria o mesmo.

Agradeço não só pela orientação nesta pesquisa, mas por terem feito parte da minha graduação, de toda a sua trajetória, e por estarem sempre presentes para tirarem dúvidas, e para oferecerem seus conselhos. Obrigada por confiarem em mim, e por me fazerem acreditar em mim mesma.

RESUMO

O presente trabalho representa uma pesquisa teórica, empírica e documental, que tem como objetivo analisar e discutir a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil a partir de um mapeamento histórico de seus principais marcos políticos, principais leis e a participação das entidades de classe da área. Os conceitos de política, empoderamento e movimento associativo são debatidos para oferecer embasamento para uma maior discussão acerca da importância do envolvimento político dos profissionais da área em seus próprios movimentos associativos e na sociedade. Deste modo, pretende-se através de relatos de bibliotecários que possuem histórico de atuação política, sejam por publicações de trabalhos envolvendo temas afins, posicionamento político ou participação no movimento associativo da classe, entender a realidade da Biblioteconomia no Brasil e dos bibliotecários como classe politicamente atuante ou não no país. Como resultado foi possível ter uma perspectiva da dimensão política da Biblioteconomia, do baixo envolvimento político da categoria que é resultado do pensamento de que o bibliotecário não deveria se envolver com assuntos políticos e deveria ser um profissional neutro, e por fim, tenta-se mostrar a importância deste envolvimento para a categoria a partir do embasamento dos conceitos citados anteriormente.

Palavras-chave: Biblioteconomia – Aspectos Políticos. Empoderamento. História da Biblioteconomia. Movimento Associativo. Política.

ABSTRACT

The present project represents a theoretical, empirical and documentary research, which aims to analyze and discuss the political dimension of Librarianship in Brazil from a historical mapping of its major political milestones, key laws and the participation of class entities from this area. The policy concepts, empowerment and associative movement are discussed to provide basis for further discussion about the importance of political involvement of professionals in their own associative movements and inside society. Finally, it is intended to understand the reality of Librarianship in Brazil as a politically active class inside the country or not, through reports of librarians that have history of political action, whether for publications of studies involving related issues, political position or participation in the associative movement of the class. As a result, it was possible to have a perspective of the political dimension of Librarianship, low political involvement of the category which is the result of the thought that the librarian should not get involved in political matters and should be a neutral professional, and finally, try to show the importance of this involvement for the category from the foundation of the concepts mentioned above.

Keywords: Associative Movement. Empowerment. Librarianship – Political Aspects. Librarianship's history. Policy.

SIGLÁRIO

ABRAINFO	Associação Brasileira de Profissionais da Informação
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ALA	American Library Association
APB	Associação Paulista de Bibliotecários
BN	Biblioteca Nacional
BRAPCI	Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação
CABG	Centro Acadêmico do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
INL	Instituto Nacional do Livro
LAI	Lei de Acesso à Informação
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	JUSTIFICATIVA.....	12
1.2	OBJETIVO.....	13
2	O QUE É POLÍTICA?.....	15
3	EMPODERAMENTO.....	18
4	MOVIMENTO ASSOCIATIVO.....	24
5	MARCOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL.....	26
5.1	APROVAÇÃO DE LEIS.....	29
5.2	ENTIDADES REPRESENTATIVAS.....	35
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
6.1	CAMPO DE PESQUISA.....	40
6.2	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	40
6.3	POPULAÇÃO/AMOSTRA.....	41
7	DISCUSSÕES POLÍTICAS: SILÊNCIO NA BIBLIOTECA.....	44
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	61

1 INTRODUÇÃO

Durante os últimos anos, muito tem-se falado sobre acontecimentos políticos, políticas e políticos, porém, ao ser falado o termo ‘política’ é possível observar que uma parte considerável das pessoas já remete a partidos políticos, processo eleitoral e etc., quer seja esquecendo ou ainda por falta de conhecimento e informação que este termo é um termo bastante abrangente.

Wolfgang Leo Maar evidencia este outro sentido do termo ‘política’, fugindo do sentido clássico. Maar diz (1994, p. 22, grifo nosso): “A própria atividade política, longe de ser apenas voltada a uma transformação do “mundo objetivo” com vistas ao futuro, significa, também, **o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo.**”. Portanto, pode-se relacionar a política com o fazer público, com os atos de cada indivíduo na sociedade. Cada indivíduo exerce um papel dentro da esfera pública, cada indivíduo faz a sua política na sociedade.

Sendo assim, entende-se que em uma categoria profissional politicamente ativa, encontra-se um conjunto de indivíduos com um papel em comum: lutar pelo reconhecimento e evolução de uma categoria profissional e acima de tudo, uma categoria que possui um papel fundamental na sociedade, ser mediadora entre a informação e cada indivíduo da sociedade.

De acordo com Amaral (1995), a informação é uma peça essencial para o desenvolvimento da sociedade, sendo um fator imprescindível para este desenvolvimento e para a geração de conhecimento que, conseqüentemente, acarretará na satisfação de demandas da sociedade. O bibliotecário tem um papel essencial nesta sociedade, e é preciso mais que apenas exercer o seu papel de bibliotecário técnico dentro de uma biblioteca, mas conhecer o papel social e político da profissão. Segundo Shera, o objetivo da Biblioteconomia:

[...] seja qual for o nível intelectual em que deve operar é aumentar a utilidade social dos registros gráficos, seja para atender à criança analfabeta absorva em seu primeiro livro de gravuras, ou um erudito absorvido em alguma indagação esotérica. Portanto, se a biblioteconomia deve servir à sociedade em toda extensão de suas potencialidades, deve ser muito mais do que um monte de truques para encontrar um determinado livro numa estante particular, para um consulente particular. (SHERA, 1977, p. 11).

Sendo assim, o presente trabalho pretende evidenciar a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil nos dias de hoje, para isso, foi preciso realizar uma revisão de literatura nos marcos históricos e políticos da Biblioteconomia no Brasil durante toda a sua história e, com base em experiências de profissionais da área envolvidos com a política,

evidenciar e debater como a categoria atua politicamente e conhecer e entender a realidade política da Biblioteconomia nos dias de hoje. Em vista disso, os problemas que conduzem esta pesquisa são: Qual a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil hoje? O quão política é a nossa área? Como se tem feito política no contexto da Biblioteconomia no Brasil, hoje?

Os principais autores utilizados no desenvolvimento desta pesquisa, conforme suas linhas de pesquisa, são: Política (ARISTÓTELES 2007; BOBBIO, 2000; MAAR, 1994; OSORIO, 2014); Empoderamento (ARISTÓTELES 2007; BAQUERO, 2012; MAGESTE, MELO E CKAGNAZAROFF 2008; ROUSSEAU, 1754; SARDENBERG, 2006) Movimento Associativo (DUBAR, 2005; LUCHMANN, 2014; RIBEIRO; MIRANDA; REIS, 2015); Biblioteconomia (AMARAL, 1995; BRAGANÇA, 2001; BANDEIRA, 2007; CASTRO, 2000; FERREIRA, 2003; FERREIRA *et al*, 2012; FERREIRA, BORGES E BORGES, 2010; FONSECA, 1988, 2009; SHERA, 1977; SPUDEIT; FUHR, 2011), e Análise de conteúdo (BARDIN 1977; FOSSÁ E SILVA, 2013), além de ter como base as leis que serão citadas nesta pesquisa, sites dos Conselhos, Sindicatos e outras entidades representativas relacionadas nesta pesquisa. Para a escolha destes autores foi realizada uma leitura de seus trabalhos para que cada nome escolhido contemplasse o objetivo da pesquisa.

O trabalho está organizado e dividido em cinco seções principais para guiar o raciocínio e o debate das análises dos temas realizadas durante este trabalho.

A primeira seção é intitulada de “**O que é política?**”, e serão analisados conceitos do termo *política*, um dos termos que serão utilizados no decorrer do trabalho e serão evidenciados aqui e discutidos para um melhor entendimento dos assuntos abordados. Porém, vale ressaltar, que nenhum dos conceitos citados são tidos como únicos conceitos ou absolutos, mas sim são conceitos escolhidos pela autora como base para as discussões e análises realizadas neste trabalho. Espera-se que com esses conceitos e fundamentos auxilie na compreensão do debate dos temas analisados.

A segunda seção, chamada de “**Empoderamento**”, pretende, assim como na primeira seção, discutir e analisar conceitos do termo *empoderamento*. Após a definição e a análise do conceito “empoderamento”, o leitor terá um maior embasamento para entender as principais questões abordadas no trabalho.

A terceira seção “**Movimento associativo**” busca não só apresentar e analisar conceitos de *Movimento associativo* para que auxilie no debate proposto pela pesquisa e guiar o leitor, mas também, para discutir os principais pontos do movimento associativo e evidenciar a importância deste movimento para a classe trabalhadora.

A quarta seção, “**Marcos históricos e políticos da Biblioteconomia no Brasil**”, relata os principais acontecimentos históricos e políticos da Biblioteconomia em toda a sua história no Brasil. Neste ponto, evidencia-se a aprovação de leis, criação dos primeiros cursos de graduação e ações políticas realizadas pelos profissionais de suas respectivas épocas. É relatado também, o surgimento dos movimentos associativos envolvendo a profissão do bibliotecário, como por exemplo: sindicatos, Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), entre outros. Assim, mapeando os principais marcos da história da profissão, é possível ter uma noção do envolvimento político dos bibliotecários durante a sua história.

Finalmente, no último capítulo “**Discussões políticas: Silêncio da Biblioteca**” é apresentado o resultado dos dados obtidos através das respostas dos bibliotecários escolhidos para responderem ao questionário. Por meio desse resultado será realizada a apresentação dos resultados e uma análise do conteúdo em cada resposta e comparando com as outras respostas respectivas de cada pergunta, para que ao final, cheguemos a uma conclusão sobre o resultado das questões levantadas nesta pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa visa aumentar o debate em torno da política dentro da Biblioteconomia, pois é possível observar que este não é um debate recorrente na área. No Brasil, não há farta literatura que trate do tema, nem mesmo seminários e congressos específicos. Embora muitos saibam a importância da parte social ou da inserção política nas categorias profissionais, ainda não existe um debate e uma clareza quanto à inserção e a prática desses temas na área. Percebe-se que muitos profissionais da área não desejam se envolver com assuntos políticos, pois muitos acham que política e Biblioteconomia não possuem uma relação e por isso, deixam de participar de discussões ou de conceder sua opinião. Deste modo, vê-se a política como algo que deva ser debatido apenas dentro do Congresso Nacional e do Senado, e não dentro de categorias profissionais.

Outro motivo da realização desta pesquisa com todas as análises e conceitos adotados, é que possa ajudar a categoria bibliotecária a constituir uma visão mais crítica sobre o campo, sobre os fazeres bibliotecários, o papel do bibliotecário na sociedade e como as inserções dos pontos citados ajudam na melhoria da categoria e conseqüentemente, na melhoria e desenvolvimento da sociedade.

Além disso, pode contribuir para a aproximação de dois polos, da Gestão e Política, pois entende-se que são caminhos que se cruzam durante o decorrer de suas atividades e potencializar o pensamento crítico e político pode levar a um maior crescimento da área.

E ainda, espera-se mostrar a realidade da Biblioteconomia no Brasil do ponto de vista político, por meio de relatos dos profissionais que atuam de forma política nos dias de hoje, para tentar reverter este quadro de baixa politização que se encontra a atuação dos profissionais da área.

Ademais, outra justificativa para a realização deste trabalho é mostrar a importância desta pesquisa em um ano conturbado politicamente (2016), e onde a política tem sido centro de inúmeros debates em diversos setores da sociedade, junto com a discussão sobre a participação da população neste debate.

Por fim, somado ao conjunto de justificativas já citadas, nossa motivação pessoal é o entendimento do porque os bibliotecários estejam tão afastados do movimento político. Este cenário pode ser percebido em experiências pessoais, como a participação por quase 2 anos no Centro Acadêmico do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ (CABG) e mesmo entre os alunos do curso é sentido uma grande desmotivação em participar do movimento estudantil, em lutar por seus direitos como aluno ou até mesmo lutar por melhorias para o seu próprio curso, e este cenário não é muito diferente dos profissionais formados. Portanto, o que se procura com esta pesquisa é evidenciar a importância da participação política de todos os profissionais, da luta e da união dos bibliotecários em prol da profissão e da sociedade.

1.2 OBJETIVOS

Nesta parte do trabalho serão apresentados o Objetivo Geral, que define o eixo que será seguido e a intenção da pesquisa, e os Objetivos Específicos, que orientam as discussões que serão propostas e que serão respondidas no decorrer deste trabalho.

No objetivo geral terá como pontos: discutir, evidenciar e analisar a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil.

Por fim, os objetivos específicos tratarão de: a) discutir e investigar a participação política das entidades de classes, b) discutir o conceito de política, empoderamento e movimento associativo, c) demonstrar os principais marcos históricos da Biblioteconomia no Brasil, d) apresentar uma visão geral da inserção e da interação da política com a

Biblioteconomia, por meio de relatos de bibliotecários atuantes na área e que utilizam a política como instrumento social.

2 O QUE É POLÍTICA?

Para definir o conceito de política, precisa-se entender o significado da palavra *política*. Segundo Bobbio (2000), a palavra política é derivada do adjetivo *pólis*, que concerne à cidade, civil, a tudo que é público e diz respeito ao social. Esta expressão foi expandida após a obra chamada *Política* de Aristóteles, que pode-se dizer ser a primeira grande obra que aborda o assunto, suas funções, formas de governo e as divisões do Estado. O significado mais usado para esta expressão é referente ao governo, a forma de governar, ao Estado, faz referência à conquista e ao exercício deste poder.

Constata-se que este termo em sua maioria está relacionado ao poder e ao Estado. A relação de poder se dá pela influência, o controle de um indivíduo sobre outro, no caso desta linha de pensamento, cita-se o poder político, o qual seria o poder entre governantes e governados, Estado e cidadãos, porém há que se destacar que a relação de poder político é apenas um entre várias formas de poder existentes, pode-se citar a ação que filhas e filhos sofrem a partir do poder que seus responsáveis exercem, o que está relacionado ao patriarcado.

Noberto Bobbio (2000, p. 216) ressalta ainda:

Desde a Antiguidade o tema política esteve associado ao tema de várias formas de poder do homem. Do grego *krátos*, força, potência, e *archiá*, autoridade, nascem os nomes das antigas formas de governo ainda hoje em uso, como “aristocracia”, “democracia”, “plutocracia”, “monarquia”, “oligarquia”, “diarquia”, e assim por diante em todas as palavras que foram forjadas para designar formas de poder político, “fisiocracia”, “burocracia”, “partidocracia”, “poliarquia”, “hexarquia”.

Contudo, vale ressaltar que este não é apenas o único significado de política que existe, atualmente esta expressão possui alguns significados que não fogem muito de seu ponto central clássico. Maar (1994) destaca que política não é feita apenas por governantes e partidos políticos, a política está inserida em todos os lugares. Empresas possuem políticas para que sejam realizadas determinadas metas relacionando outras empresas ou com seus próprios empregados, e estas políticas não tem ligação com o Estado ou seus governantes. No mesmo, uma política feminista não se faz exclusivamente pelo governo, mas sim em suas relações entre mulheres e homens. Existem outras formas de políticas, e não apenas a política de políticos e governos. A política está sempre relacionada como uma forma de poder, e é “[...] entendido o poder como a capacidade que um sujeito tem de influenciar, condicionar, determinar o comportamento de outro sujeito.” (BOBBIO, 2000, p. 216). É exercido na

sociedade uma disputa pelo poder político, entre dominados e dominadores, onde cada classe exerce sua política com objetivos distintos. De acordo com Osorio (2014), a classe dominante utiliza a política em prol da execução e manutenção do seu poder político, já para a classe dominada, a utilização da política se dá pelo contrário, para fins de disputar e alcançar este poder político das classes dominantes ou ainda para garantir direitos. O Estado é o maior centro do poder político, mas é possível observar que este poder está diretamente posicionado para os interesses sociais da classe dominante, porém o Estado apresenta tais interesses como algo que atenderá a toda a sociedade, e por este motivo, a classe dominante se utiliza da política como forma de manter o poder do Estado e manter seu controle do Estado, e não se furta de usar o aparelho do Estado para manter o controle social, caso julgue necessário, e fazendo com que seus projetos e interesses serão sempre implementados. (OSORIO, 2014). A partir disso, vê-se a luta das classes dominadas como lutas essenciais para a garantia, ao menos formal, dos ideais ligados à razão moderna: liberdade, igualdade e fraternidade, como aponta Osorio (2014, p. 99) “Muitas aberturas do Estado são resultados da luta dos dominados, como o direito à greve, o sufrágio universal etc., cumprindo um papel relevante nas formas democráticas que hoje conhecemos.”.

A política não assume a mesma forma ou objetivos, como dito anteriormente, pode-se dividir a política para a classe dominada e para a classe dominante. Duas políticas, dois modos de se fazer política, dois fins. Difícil imaginar uma política que seja apresentada para o bem geral de determinada sociedade, mas toda ação política tem seus objetivos específicos ou gerais, e todo grupo político irá exercer sua política a partir de seus valores. Em vista disto, observa-se uma diferenciação em ações políticas, como citadas por Osorio (2014) onde uma política se encaixa em estratégias para transformar as relações de dominação através do poder político e da exploração da sociedade, e em outra forma de política em que a estratégia é buscar as reformas necessárias para modificar as relações de dominação e explorações existentes na sociedade.

Cada indivíduo, cada grupo na sociedade tem o poder da mudança através de seus atos políticos, atos estes que são ou podem ser transformadores. Este conceito de política ainda é bastante complexo e um pouco vago em relação a política partidária, por exemplo, mas é o conceito que mais faz parte da vida de cada indivíduo da sociedade. A maioria da sociedade apenas reproduz o que é imposto para eles, como devem trabalhar, como devem pensar, quanto vale o seu trabalho, não se reconhecendo como seres políticos e detentores de suas próprias escolhas. Destaca-se este trecho citado por Maar (1994, p. 18-20):

O homem distancia-se, alheia-se em relação ao significado, ao valor que as coisas, os outros homens e ele próprio têm para si. Sua própria vontade e seu desejo submetem-se ao mecanismo inexorável da reprodução capitalista. Tornando-se um homem “alienado”, inconsciente do fato de ser ele mesmo, homem, que produz as coisas e as relações entre os homens, que produz a si mesmo. Oculta-se o papel de elemento dinâmico principal, de produtor da história.

A principal ação política de cada indivíduo ou grupo desta sociedade é perceber que existe um papel que lhes são impostos pela sociedade para que exerçam e existe o papel que cada um deseja seguir, que cada mulher e cada homem tem o seu valor, e que podem e devem adquirir seu próprio conhecimento e entendimento da sociedade, e não apenas o que é copiado e colado em suas faces para reprodução. Cada mulher e homem tem o direito de buscar melhores condições, qualidade de vida, empregos com condições e salários dignos e não abrir mão de valores e direitos que julgue fundamentais para se submeter ao controle do Estado em que se espera apenas que deve-se trabalhar e trabalhar e sem o devido valor ao trabalho exercido. Uma ótima definição do que foi dito anteriormente, é a frase dita pelo Presidente interino Michel Temer (2016): “Não pense em crise, trabalhe.”.

Este poder político é exercido por todos os indivíduos que assumem ou assumiram a responsabilidade de guiar outros indivíduos, uma categoria profissional pode se reunir para conduzir outros trabalhadores para melhorias da categoria, ou grupos da sociedade podem se unir para pensarem juntos sobre uma determinada causa e tomar a iniciativa de ações para esta causa. Deste modo, segundo Osorio pode-se entender que “[...] a política é muito mais que apenas a luta pelo poder [...]” (2014, p. 93). A política é muito mais que um jogo de poderes, a política é poder ter opinião, se empoderar, ter controle sobre suas escolhas, resistir e lutar contra as opressões, a política é cada ato e escolha no dia a dia de cada indivíduo.

A política pode ser feita individualmente ou por grupos, uma passeata de uma classe de trabalhadores é uma forma de manifestação política, o modo como cada indivíduo se relaciona com outro indivíduo ou grupo é uma manifestação política. Qualquer ação tomada em prol a um interesse social, público, é um ato político. “Toda ação política é uma ação social no duplo sentido de ação interindividual e de ação de grupo.” (BOBBIO, 2000, p. 222).

Estes outros significados do termo política são poucos usados, pois ainda tem-se forte a ideia de que política refere-se apenas as atividades de políticos e governantes e não ações cotidianas de indivíduos. Segundo Maar (1994), todas as atividades que dizem respeito a um indivíduo, a um grupo ou a sociedade em geral é uma atividade política. Mesmo fora de uma instituição política, nas relações do cotidiano da sociedade é praticado política.

3 EMPODERAMENTO

Disputas pelo poder não é algo recente, questões como o poder e a dominação de grupos desfavorecidos pelos grupos dominantes detentores do poder, ou profissões que detêm o poder sobre outras profissões, estão em todo lugar. Deste modo, os grupos oprimidos vem lutando contra seus opressores para se libertarem da opressão e dominação desses grupos que possuem o poder. A partir da luta das minorias o termo “empoderamento” ou “empowerment” foi ganhando força. A ascensão deste termo se deu pela luta dos movimentos sociais, principalmente em torno do movimento negro e do movimento feminista. Porém, este é um conceito novo ainda em formação que está sendo construído a partir de debates. Apesar de ainda não ter um conceito definido no dicionário da língua portuguesa, tem sido utilizado por diferentes áreas do conhecimento, como: educação, política, sociologia e até a área administrativa, e por conta disso, tem sido utilizado com definições diferentes nos debates travados dentro dessas áreas. Contudo, segundo Baquero (2012), com a crescente participação dos movimentos sociais nas últimas décadas, o termo "empoderamento" tem se dado pela definição de emancipação social. Pode-se dizer que empoderar-se é tornar-se dono de si, agir conforme o seu papel na sociedade e não conforme o que se é imposto, ter voz perante os seus opressores e nunca mais se calar.

De acordo com Baquero (2012) o empoderamento também é tratado de diferentes formas: organizacional, individual e comunitário. O empoderamento organizacional tem um aspecto um pouco diferente se comparado às definições utilizadas pelos movimentos sociais, pois é voltada para a produtividade e o lucro da organização, fazendo com que os trabalhadores tenham maiores participações nos processos decisórios dentro da empresa, maior autoridade em seu trabalho. Neste caso usa-se o termo “empoderamento” para benefícios da organização, fazendo com que os trabalhadores adquiram maiores responsabilidades, aumentem suas atividades na empresa, mas não se vê uma maior valorização dos trabalhadores em questões de benefícios e salários, apenas com fins de lucro para a empresa. Uma definição amplamente diferente da utilizada pelos movimentos sociais a qual visam vantagens sociais, econômicas e culturais para o grupo empoderado. Tem-se ainda outras duas variações de empoderamento individual e comunitário. O empoderamento individual se dá pelo poder adquirido pelo indivíduo, autoestima, autoconfiança, apenas vantagens individuais, o empoderamento neste caso está voltado para a autoajuda e autoafirmação do indivíduo. A última variação citada por Baqueiro (2012) é o empoderamento comunitário o qual se refere ao empoderamento de grupos menos favorecidos

e oprimidos que se organizam entre si em busca de seus interesses e direitos para seus referidos grupos. Analisando estas duas últimas variações do termo, percebe-se que o empoderamento individual move-se por um caminho diferente do usado pelos movimentos sociais, pois o objetivo deste empoderamento é algo apenas pessoal, não visa a luta por uma comunidade, um grupo de pessoas ou pela defesa de seus interesses, mas algo apenas para si próprio.

Muito tem-se debatido pelo significado do termo “empoderamento”, uns dizem que significa “dar poder a alguém”, “[...] empoderar significa dar poder a outro, compartilhando alguns poderes que determinados profissionais devem ter sobre outros.” (BAQUERO, 2012, p. 179), e outros dizem que o real significado é “se dar o poder”, “empoderar-se”, onde um indivíduo ou comunidade irá adquirir sua própria emancipação para lutar por seus direitos e visibilidade. De acordo com Baquero (2012) ninguém é capaz de transferir poder a outras pessoas, mas “[...] podem torná-las capazes de aumentar suas habilidades e recursos para ganhar poder sobre suas vidas.” (BAQUERO, 2012, p. 179). Portanto, cada pessoa ou grupo podem aumentar sua visibilidade, ganhar voz e assim empoderar-se para construir sua capacidade de ação e decisão sobre suas vidas. Acredita-se que o empoderamento se dá pelos próprios indivíduos que fazem parte de uma comunidade, de dentro para fora e não de fora para dentro com alguém lhe transferindo poder.

[...] o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações de poder. (BAQUERO, 2012, p. 181).

O empoderamento não é tirar o poder de uns e dar para outros, para que uns sejam sempre desfavorecidos em relação a outros. O seu objetivo é que os indivíduos tenham noção do seu papel como membros da sociedade, tenham controle e poder sobre suas próprias vidas e decisões, para que todos os indivíduos e comunidades da sociedade possuam pensamento crítico para que possam desmontar estas relações de poder existentes, sem que haja favorecimento de uns sobre outros. Para Baquero “[...] o empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica.” (2012, p. 181). O empoderamento é um dos meios de se fazer política, é a conscientização de grupos menos favorecidos de que precisam lutar, se erguer, criar voz e reivindicar seus direitos. Empoderar-se é criar consciência do seu valor e poder na sociedade.

E este termo pode ser absorvido tanto por classes e grupos sociais, como a comunidade negra, feminina e homossexual, quanto por profissionais que não recebem o devido reconhecimento e valor do governo e da sociedade, ou que são inferiorizadas por outras profissões, estas profissões também precisam se empoderar e lutar pelo seu espaço na sociedade.

O empoderamento também intensifica o debate e o conhecimento dos grupos para com a sociedade em geral, segundo Baquero: “O diálogo não se constitui em mera verbalização de palavras e não tem como objetivo a transferência de conhecimento especializado, mas problematizar a forma oficial do conhecimento, questionando as relações dominantes que o produziram.” (2012, p. 182). O debate de assuntos recorrentes na sociedade, principalmente os temas em torno de opressões são essenciais para que se crie consciência emancipatória dos oprimidos e para que os mesmos se empoderem em relação aos seus opressores.

Atualmente, tem sido muito debatido a questão do empoderamento pelos movimentos feministas, um grupo que sofreu e sofre até os dias de hoje opressões de uma sociedade com base no patriarcalismo, - onde rege o poder e a força do homem na sociedade, principalmente o poder dos homens sobre as mulheres. O empoderamento feminino visa a emancipação das mulheres em relação aos homens, a escolha pelos caminhos da sua vida e poder exercer na sociedade o seu papel a partir de seu empoderamento sem que seja diminuída apenas pelo fato de ser mulher. Segundo Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) o empoderamento das mulheres se tornou um desafio ao patriarcalismo, pois as mulheres estão assumindo o poder sobre o seu próprio corpo, seus direitos, tomando suas próprias decisões e se mostrando contra a violência masculina. É possível verificar que historicamente as mulheres sempre foram inferiorizadas em relação aos homens, eram proibidas de trabalhar, de votar, pois acreditavam que as mulheres não podiam tomar decisões sem a presença de seus maridos, e por essas e outras razões históricas, as mulheres ainda são inferiorizadas no mercado de trabalho, pois muitos ainda acreditam que as mulheres não possuem as mesmas capacidades que os homens possuem para realização de algumas (muitas) funções. Vale ressaltar que este é um processo que vem sendo construído ao longo dos séculos. Segundo Aristóteles:

Isto nos leva imediatamente de volta à natureza da alma: nesta, há por natureza uma parte que comanda e uma parte que é comandada, às quais atribuímos qualidades diferentes, ou seja, a qualidade do racional e a do irracional. [...] o mesmo princípio se aplica aos outros casos de comandante e comandado. Logo, há por natureza várias classes de comandantes e comandados, pois de maneiras diferentes o homem livre comanda o escravo, o macho comanda a fêmea e o homem comanda a criança. Todos possuem as diferentes partes da alma, mas possuem-nas diferentemente, pois o escravo não possui de forma alguma a faculdade de deliberar, enquanto a mulher a

possui, mas sem autoridade plena, e a criança a tem, posto que ainda em formação. [...] Devemos então dizer que todas aquelas pessoas têm suas qualidades próprias, como o poeta disse das mulheres: ‘O silêncio dá graça as mulheres’, embora isto em nada se aplique ao homem.” (ARISTÓTELES, 2007, p. 32-33).

Vale destacar também Rousseau:

Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer a eles.” (ROUSSEAU, 1958, p. 165).

Segundo Sardenberg (2006), o empoderamento feminino é visto por muitas instituições como um instrumento de desenvolvimento da sociedade, para a erradicação da pobreza no mundo, ou para a democracia. E não visando um fim para a comunidade feminina. Ainda citando Sardenberg (2006, p. 2):

Para nós feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”.

Como já mencionado anteriormente, há um grande uso do termo “empoderamento” voltado para o individual, dar poder a um indivíduo, o fazer individual e isto é o que o movimento feminista quer chamar atenção e realçar as ações coletivas dos grupos, deixar o egoísmo individual de lado e promover ações coletivas, pois o empoderamento visa à transformação individual e coletiva (SARDENBERG, 2006).

Ao ser realizada a pesquisa para este trabalho, depara-se com a referência a nomes de bibliotecários que são importantes para a área, mas ao se procurar literatura que falasse sobre os feitos de bibliotecárias, pouco se achou. É importante ressaltar que a Biblioteconomia é uma área majoritariamente feminina, onde ao se pesquisar mais a fundo, achamos nomes como a de Laura Russo, uma bibliotecária que foi muito importante para a aprovação de leis

em benefício da Biblioteconomia, uma bibliotecária com grande currículo e com importantes feitos e iniciativas para a área, mas que pouco é citada nas literaturas da área. As bibliotecárias não precisam procurar muito longe para perceberem como a mulher ainda é oprimida na sociedade, e esta opressão não existia apenas no tempo da Laura Russo, mas também nos dias de hoje. É possível observar ao se procurar na literatura da área que não tem se produzido muito sobre questões de gênero, mas podemos ver que este debate tem se ampliando aos poucos. Segundo Ferreira: “Na Biblioteconomia, estudos com enfoque de gênero ainda não estão consolidados, à exceção de alguns artigos especializados na área, que, em geral, não aprofundam as questões de gênero na profissão do/a bibliotecário/a.” (2003, p. 190). Muito desta realidade se dá pelo fato de que a desigualdade entre gêneros é considerada por muitas pessoas como algo natural na sociedade e, portanto, não são visto como problemas para uma parte bastante significativa da sociedade e para a categoria. Ainda segundo Ferreira (2003), a falta de pesquisas sobre questões de gênero na Biblioteconomia dificulta o debate sobre o tema, já que muitos dessas e desses profissionais não acreditam que a desvalorização da profissão está ligada a questão de gênero, a questão da Biblioteconomia ser uma profissão majoritariamente feminina. É possível observar a desigualdade entre homens e mulheres dentro da área da Biblioteconomia, como explicam Ferreira *et al* (2013, p. 6) “Na profissão de bibliotecário as relações de gênero pode ser observado em algumas instituições em que há maioria de bibliotecárias no quadro funcional, e estas são gerenciadas por homens.”.

Segundo Ferreira, Borges e Borges (2010) para se promover a valorização do bibliotecário é preciso focalizar nas questões de gêneros da área e construir a identidade da profissão, mesmo sendo em grande partes bibliotecárias, muitos dos principais cargos estão sendo concebidas a homens. Ressalta-se que o empoderamento é uma ação política e toda ação política se faz transformadora na sociedade, e como já dito pelos autores anteriormente, a valorização da mulher no mercado de trabalho é a valorização do profissional bibliotecário.

O empoderamento, enquanto categoria, perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a estas. É mais do que trabalho em nível conceitual, envolve agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica, política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito. Neste sentido, um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas. (BAQUERO, 2012, p. 183-184).

Portanto, para uma maior valorização da profissão no mercado de trabalho, bibliotecárias precisam empoderar-se quanto mulheres para lutarem e garantirem seus espaços

no mercado de trabalho, e empoderar a profissão como uma importante profissão para o desenvolvimento da sociedade, para a disseminação da informação e do conhecimento, para a busca da conscientização crítica de cada indivíduo, e para este empoderamento, é preciso que a classe em um todo se empodere.

4 MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Com base na literatura, aqui será definido o conceito de movimento associativo e para isso, precisa-se entender a expressão “associação”.

Associação é uma organização sem fins lucrativos a qual qualquer indivíduo que pertença do mesmo meio ou classe poderá fazer parte. É um conjunto de pessoas que se organizam de forma democrática, possuem um mesmo interesse e desejam defendê-los.

O associativismo é um elemento importante na medida em que desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o coletivo – ou sistêmico –, requisito essencial para o desencadeamento de um movimento social. Assim, em associação, as pessoas desenvolvem sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão individual e pessoal. (LUCHMANN, 2014, p. 165).

A partir de uma série de problemas, essas associações são formadas para constituir ações que poderão reverter tais problemas. As ações produzidas por estes grupos, sejam grupos formados por profissionais ou moradores de uma comunidade, são voltados para os problemas específicos de cada grupo ou problemas mais gerais da sociedade que atinge a todos, são ações que constituem um movimento social. Para cada associação formada é construída sua própria identidade – e por identidade, pode-se entender que não é apenas algo que irá nascer com o indivíduo, mas também que será construído durante sua infância e todas as outras fases de sua vida. A identidade de um indivíduo ou um grupo será criada a partir de suas próprias escolhas, seus próprios caminhos e orientações, a partir de cada julgamento de outros indivíduos, a identidade nunca será construída sozinha e sim através de um conjunto de fatores envolvendo o indivíduo e a sociedade (DUBAR, 2005). Suas características, o que defendem, como são realizadas suas ações, cada indivíduo com sua própria identidade. Deste modo, pode-se afirmar que o movimento associativo são organizações sem fins lucrativos que agem democraticamente e buscam defender seus interesses, sejam profissionais ou pela sociedade em geral.

Segundo Ribeiro, Miranda e Reis (2015), as associações devem visar trabalhar pela promoção de eventos para a qualificação profissional, a busca por garantias de qualidade profissional, divulgar as vagas para os profissionais e, conseqüentemente, realizar o marketing da profissão. Para se discutir associações e movimento associativo é essencial o entendimento de suas principais entidades, pois mesmo para os profissionais há bastante tempo no mercado, muitos ainda possuem dúvidas ou não sabem qual atividade é destinada a cada entidade representativa. Dentre as principais estão: Conselhos de Classes, Sindicatos e Associações.

Os Conselhos de Classes são órgãos que têm por objetivo fiscalizar o exercício da profissão, proteger as reservas de mercado da classe e, deste modo, permitir que em exercício haja apenas profissionais qualificados para a tarefa (RIBEIRO, MIRANDA E REIS, 2015).

Os Sindicatos são voltados para as relações de trabalhos, buscando condições justas e de qualidade, salários adequados, horas extras e todos os direitos do trabalhador. Os Sindicatos buscam a proteção e a defesa da profissão (RIBEIRO, MIRANDA E REIS, 2015).

As Associações destinam-se a promoção e qualificação do profissional, por meios de eventos, cursos e atividades que somem conhecimento e promova sempre a atualização do profissional (RIBEIRO, MIRANDA E REIS, 2015).

O movimento associativo tem uma história de luta por busca de condições adequadas de trabalho, não só da profissão do bibliotecário, mas de toda a história de classes de trabalhadores. Nos dias de hoje, tem-se muitos tipos de associações e entidades de classes que buscam os interesses de suas profissões, porém, são pouco divulgadas e discutidas (RIBEIRO; MIRANDA; REIS, 2015). No âmbito acadêmico, pouco se ouve falar em entidades de classes, o que são e para que servem, muitos profissionais passam quase toda a sua carreira sem mencionar essas tais entidades, a não ser para pagar a anuidade em seus respectivos Conselhos. Na área da Biblioteconomia, existem poucas entidades espalhadas pelo Brasil e muitas das quais precisam realizar mais do que suas atividades originais, para tentar suprir as necessidades e interesses da área. No caso dos sindicatos, Ribeiro, Miranda e Reis dizem que: “Infelizmente, por falta de sindicatos em número suficiente, associações e conselhos profissionais acabam ampliando, muitas vezes com deficiências, suas atividades.” (2015, p. 5). Isto não acontece apenas nos sindicatos, mas em muitas outras associações. Ademais, não são apenas as atividades mais técnicas administrativas das entidades de classes que estão sendo realizadas com deficiência, mas muitas ações políticas perante a sociedade estão sendo deixadas de lado por falta de apoio dos profissionais ou até mesmo sobrecargas de tarefas. A falta de interesse dos profissionais pelo movimento associativo leva a escassez de organização que tem interesse no desenvolvimento e melhorias, não só da profissão, mas da sociedade em si. Portanto, as entidades de classes tem suas atividades voltadas para um determinado aspecto do campo, deixando muitas vezes de lado suas ações mais políticas, uma atuação tanto para a profissão, quanto para a sociedade em geral.

5 MARCOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

A história da Biblioteconomia no Brasil ainda é pequena comparada à história de outros países. Falar da história da Biblioteconomia no Brasil e não citar o primeiro curso criado no Brasil pela Biblioteca Nacional (BN), em 1911, é deixar passar a inserção da profissão no país.

O curso surgiu para capacitar profissionais a fim de atender às demandas da BN, porém o curso só teve sua primeira turma no ano de 1915, por falta de recursos e por falta de pessoas interessadas em ingressar no curso. Segundo a BN, a grade curricular deste curso constava apenas de quatro disciplinas, que são: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática.

Posteriormente a criação do curso da BN, em 1929, em São Paulo, surgiu o curso de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie. Ao contrário do curso da BN, que se espelhava no modelo humanista francês, o curso de SP focava mais na parte tecnicista americano. A criação do curso em SP com foco no modelo americano teve influência na modificação posteriormente da grade curricular do curso da BN e conseqüentemente, no modelo para a criação de outros cursos de Biblioteconomia no Brasil. Castro afirma (2000, p. 83):

Entendemos que o que houve foram mudanças nos saberes escolares que, a partir de então, não mais privilegiavam o caráter humanista e erudito, predominante na formação dos bibliotecários da BN, mas incorporaram por definitivo, no ensino, os aspectos técnicos americanos [...].

Pode-se dizer que essas mudanças ainda reflete nos dias de hoje, onde uma grande parte dos profissionais ainda focam apenas na parte técnica, deixando a parte social praticamente de lado. Não está querendo dizer aqui que a parte técnica não é importante, pois é sim, mas esta não pode ser a única qualidade do bibliotecário, um profissional capaz de fazer-se disseminar informação, cultura e incentivo a leitura, pontos cruciais para o desenvolvimento social de uma sociedade.

Durante todos esses anos da Biblioteconomia no Brasil, pode-se afirmar que grandes nomes passaram pela profissão, nomes que não viam apenas a técnica da profissão, mas enxergavam o bem maior para a sociedade, e nomes que faziam política, não do jeito tradicional, participando de partidos ou eleições, mas a política do dia a dia, praticando o seu dever social na sociedade. Tem-se como grandes nomes da área Rubens Borba de Moraes, Edson Nery da Fonseca e Laura Russo, está última pouco citada na literatura, porém com um grande peso para a Biblioteconomia do Brasil.

Rubens Borba de Moraes, o qual já foi diretor da BN, fundou a Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, também ajudou a fundar o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Para Rubens Borba o que faltava neste país era instrução aos indivíduos, faltava educação desde a base e uma das coisas que Borba mais lutava era para proteger e disseminar a cultura, em suprir as necessidades de informação dos indivíduos da sociedade que não possuía recursos para ter acesso a essas informações, fazer com que esta população fizesse parte da vida das bibliotecas. Durante sua trajetória na área esteve sempre criando projetos para a construção de bibliotecas ambulantes, ou projetos que incentivasse a leitura e a cultura, ou sempre estava envolvido na criação de acervos de bibliotecas. Seu grande foco como profissional era dar acesso à informação e cultura para todos.

Este ao se preocupar com a cultura, com a profissão e com a sociedade, Borba fundou a primeira associação que representasse os bibliotecários, a Associação Paulista de Bibliotecários (APB). Como os trabalhos de Borba girava em torno da cultura, Bandeira diz que a APB tinha como meta “[...] promover o aprimoramento cultural do bibliotecário, preocupação da vida inteira de Rubens Borba [...]” (2007, p. 49). Porém, Borba enfrentou grandes dificuldades para promover a disseminação da informação e da cultura, pois os governantes se mostravam contrários a seus projetos, não era algo que se desse valor, e por isto, Borba teve vários projetos cancelados. Bandeira relata que quando Prestes Maia assumiu a prefeitura de São Paulo “[...] acabou com a Divisão de Expansão Cultural e suas seções, revogou a lei que permitia a construção da Casa de Cultura, dissolveu o conselho técnico que assessorava as seções de Teatro e Cinemas e Salas de Concerto e matou a Sociedade de Folclore.” (BANDEIRA, 2007, p. 50).

Edson Nery da Fonseca foi bibliotecário e professor, diretor da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UNB), bibliotecário da Câmara dos Deputados, consultor de entidades internacionais, como a Biblioteca do Congresso dos EUA. Assim como Rubens Borba, Edson Nery era um profissional que clamava por cultura, não só na sociedade mas entre os bibliotecários, “Os bibliotecários mais ignorantes que me perdoem, mas cultura é fundamental.” (FONSECA, 1988, p. 91). Edson Nery acreditava que o bibliotecário não deveria ser um profissional que se importava apenas com livros, como protegê-los, catalogar e indexar, mas sim um erudito, - não desmerecendo a parte técnica da profissão, o que para ele era sim uma parte importante, mas para Edson o bibliotecário deveria fazer parte do sistema de ensino nacional, deveria pensar em bibliotecas que chamassem a atenção do público e não o afastassem como um local onde quase tudo era proibido, “[...] enquanto as bibliotecas não

deixarem de ter bolor para se tornarem tão alegres quanto “shopping-centers [...]” (FONSECA, 1988, p. 40).

Edson Nery escreveu um manifesto intitulado “Ser ou não ser bibliotecário”, o qual pertence ao livro “Ser ou não ser Bibliotecário e outros manifestos contra a rotina” de 1988. Ali escreveu muitas de suas opiniões acerca do comportamento dos bibliotecários, uma crítica sobre a observação de como muitos bibliotecários agiam em seu dia-a-dia, realizando apenas suas atividades técnicas, muitas vezes sem pensar nas necessidades dos usuários, apenas pensando na organização em si das bibliotecas. Nery também criticava a falta de participação dos bibliotecários nas associações da área, a falta de debate sobre assuntos recorrentes da área e da sociedade, estar atualizado sobre o que se passa no mundo – economia, política, e assuntos mais gerais, nas palavras de Fonseca (1988, p. 92): “[...] é indispensável a leitura das publicações periódicas. Ler pelo menos dois jornais por dia – um local e outro nacional [...]”, a falta de interesse e o abandono de toda classe bibliotecária e o governo para com a BN. “A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro talvez seja a maior dessas frustrações, pela sua organização obsoleta e seu edifício quase em ruínas.” (FONSECA, 1988, p. 41).

Por fim, tem-se Laura Russo, bibliotecária, atuou como diretora da Biblioteca Mário de Andrade e primeira presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Durante seus ativos anos exercendo a profissão de bibliotecária, Laura Russo esteve sempre presente nas lutas por melhorias da classe e por ela foi elaborado o projeto da lei 4.084 que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário, e fez muito mais que apenas elaborar o projeto, Laura acompanhou todo percurso do projeto, para que nada fosse alterado do projeto inicial, e assim conseguiu com que além da aprovação da lei que regulamenta a profissão até os dias de hoje, nada do seu projeto inicial foi alterado. “Laura Russo, mulher de personalidade forte e determinada, assumiu para si a tarefa que seria de toda uma categoria: regulamentar a profissão.” (CASTRO, 2000, p. 268). Laura também defendia a participação dos bibliotecários nos movimentos associativos e na defesa de direitos sociais, econômicos, políticos e não apenas profissionais. Deste modo, Russo apresentou a ideia de criação da FEBAB, pois se fazia necessário uma associação federativa que reunisse as associações de bibliotecários de todo o país para que houvesse uma união da classe bibliotecária. Após a criação da FEBAB, Laura Russo é eleita presidente. Durante sua trajetória na FEBAB e em outras associações, Russo sempre esteve lutando para a união da categoria e para a maior participação dos bibliotecários nos movimentos associativos, porém Laura Russo em reuniões posteriores se mostrou entristecida pelo modo que muitos bibliotecários agiam, pela falta de

interesse político de seus colegas e que não entendiam o real papel da FEBAB. (CASTRO, 2000).

Os nomes evidenciados nesta parte da pesquisa não os foram por mera coincidência, são nomes de grandes bibliotecários da área, mas também que atuavam politicamente, cada um de sua maneira. Uns mais preocupados com questões de conhecimento e cultura da sociedade e dos bibliotecários, e outros atuando em movimentos associativos da classe, lutando por melhorias para a profissão, e pelos direitos sociais, econômicos e políticos da sociedade.

Abaixo serão mostrados outros marcos históricos e políticos divididos em duas partes: Aprovação de leis e as entidades representativas da área.

5.1 APROVAÇÃO DE LEIS

Com base na literatura da área, foi realizada uma pesquisa em busca das leis mais importantes já aprovadas que envolvem a área da Biblioteconomia. Todas as leis que irão ser citadas passaram por um processo, um grupo de indivíduos debateram e chegaram a conclusão da necessidade de cada lei e se uniram em prol da aprovação de tais leis. O movimento associativo tem uma grande participação na construção e aprovação das leis, pois em sua grande maioria, são dos debates entre profissionais interessados e envolvidos com o desenvolvimento de sua área e da sociedade que discussões como estas surgem. Das Leis aprovadas, as que serão tratadas neste capítulo são: A Lei de regulamentação da profissão do Bibliotecário e a Lei sobre o exercício da profissão de Bibliotecário, o Plano Nacional do Livro e Leitura, o Dia do Bibliotecário e a Semana Nacional do Livro e da Leitura, o INL, a Lei do Depósito legal, a Lei que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nos institutos de ensino do país e a Lei de Acesso à informação.

Deste modo, a primeira lei a ser citada, é a Lei 4.084/62 de 30 de junho de 1962, que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário.

Do Exercício da Profissão de Bibliotecário e das suas atribuições

Art 1º A designação profissional de Bibliotecário [...] é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.

Art 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;

b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente. (BRASIL, 1962).

Esta lei foi aprovada após um movimento iniciado pela bibliotecária Laura Russo junto com outros bibliotecários, que perceberam a necessidade de regulamentação da profissão diante da sociedade e juntos iniciaram esforços para ver a profissão ser regulamentada e reconhecida perante os poderes públicos. É importante ressaltar que a aprovação desta lei ocorreu dois anos antes de um dos períodos mais conturbados da história do Brasil, a Ditadura Militar. Deste modo, vê-se a dificuldade e a importância da luta desses profissionais para a aprovação da lei que regulamenta a profissão do bibliotecário.

[...] entendemos aqueles que representavam a Biblioteconomia junto aos movimentos associativos, em órgãos como o IBBB e os que atuavam no campo pedagógico. Deste modo, são constituídos dois grupos, fortemente representados e apoiados por lideranças políticas. O grupo *Baiano*, centrado no Deputado Raimundo Brito, e o grupo *Paulista*, em torno de Ulisses Guimarães. O primeiro movimenta-se em torno de Felisabela Carvalho e Esmeralda Aragão e o segundo, em torno de Laura Russo. (CASTRO, 2000, p. 152).

Posteriormente, Spudeit e Fuhr afirmam que “O Decreto n. 56.725, de 16 de agosto de 1965 destaca em seu Artigo 2º que a designação profissional do bibliotecário foi incluída no quadro das profissões liberais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).” (2011, p. 236). Vale ressaltar, que nos dias de hoje, existem profissões que ainda não são regulamentadas e a classe de bibliotecários conseguiu há 54 anos.

A segunda Lei a ser tratada é de máxima importância para a profissão de bibliotecário, é a Lei sobre o exercício da profissão, a Lei nº 9.674 de 25 de junho de 1998 a qual designa a função de bibliotecário para profissionais com bacharelado em Biblioteconomia e inscritos em seus respectivos Conselhos Regionais. Esta Lei trata de outra grande vitória para a profissão, pois impede que outros profissionais tomem a frente de cargos que eram destinadas para bibliotecários, que outros profissionais realizem tarefas exclusivas de bibliotecários e que sejam respeitadas as funções exercidas pelo bacharel em Biblioteconomia em qualquer empresa que necessite dos serviços prestados pelo bibliotecário. A fiscalização desta lei se encontra em responsabilidade dos conselhos regionais e federal da área, o qual tem fiscalizado denúncias sobre posições em que deveriam ser ocupadas por bibliotecários, mas se encontram outros profissionais, e pela lei, qualquer outro profissional que ocupar a vaga que seria legalmente reservado para um bibliotecário, será retirado de seu cargo e só poderá ocupar este cargo um bibliotecário formado e registrado no conselho.

A terceira lei, a qual na verdade é uma Política de Estado criada pelo Governo do Luiz Inácio Lula da Silva, intitula-se Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e visa o estímulo e aumento a leitura no Brasil.

O Plano como aqui se vê configurado é produto do compromisso do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade e, em especial, com todos os setores interessados no tema. (PNLL, 2006, p. 11).

Este Plano surge como um importante meio ao estímulo a leitura e a valorização das bibliotecas no Brasil, um importante passo para a profissão do bibliotecário e mais ainda para a sociedade. Para a elaboração do PNLL foram chamados diversos tipos de profissionais que estão envolvidos com a produção de livros e profissionais do livro e da informação. O Plano prevê a elaboração de um calendário anual com atividades e ações que envolvam o objetivo de incentivo a leitura e ao livro.

Sob a coordenação do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, participaram do debate que conduziu à elaboração deste documento representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, 12 gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, Prefeituras e interessados em geral. (PNLL, 2006, p. 11-12).

Deste modo, vê-se o bibliotecário inserido em um importante passo para o desenvolvimento da sociedade. É conhecido o papel fundamental que o livro e a leitura exercem sobre cada indivíduo, que o ato de ler provoca o aperfeiçoamento da leitura crítica e consequentemente, da visão crítica desses indivíduos na sociedade, mas é importante ressaltar que junto com o ato de ler, é preciso desenvolver a competência necessária para filtrar e encontrar as informações que irá proporcionar o pensamento crítico do indivíduo. O bibliotecário tem a responsabilidade de dar acesso à informação a toda população e ensinar a competência necessária para que os seus usuários possam buscar e encontrar o que desejam.

O PNLL pode não ter sido criado e pensado apenas por bibliotecários, porém, vê-se este Plano como um importante instrumento nas mãos dos bibliotecários. A chance de mostrar que as bibliotecas e a leitura são instrumentos de mudanças sociais e importantes para a construção da cidadania e do pensamento crítico, a competência para o filtro da informação, da busca por direitos e do conhecimento sobre a cultura.

Outro Decreto de grande importância para a área é o Decreto nº 84.631 onde se institui a “Semana Nacional do Livro e da Biblioteca” e o “Dia do Bibliotecário”. A Semana Nacional do Livro e Leitura deverá ser realizada em todo território nacional durante os dias 23 de outubro a 29 de outubro, este último dia se comemora o Dia Nacional do Livro. Este Decreto evidencia a importância da biblioteca e da leitura na sociedade e nesta semana, todas as bibliotecas ou centros culturais deverão realizar eventos folclóricos e culturais com o intuito de estimular a prática da leitura e a utilização dos espaços culturais do país. Neste mesmo Decreto institui-se o Dia do Bibliotecário, que deverá ser comemorado nacionalmente no dia 12 de março, data do nascimento do primeiro bibliotecário concursado do Brasil, Manuel Bastos Tigre.

Tem-se neste Decreto duas datas essenciais para a divulgação da profissão do bibliotecário, como para o incentivo às práticas de leitura. Comparando com algumas outras leis já citadas ou que irão ser citadas, pode parecer de baixa importância, porém, cabe ressaltar aqui, que estes são marcos essenciais para a profissão, pois tentam divulgar a existência do bibliotecário ou seus fazeres, que são desconhecidos por grande parte da sociedade e para conscientizar o papel da leitura como formador do cidadão. Marcos estes que ajudam o próprio bibliotecário em seu papel na sociedade.

Outro marco que pode-se julgar essencial para a profissão do bibliotecário, foi o Decreto-Lei nº 93, o qual cria o Instituto Nacional do Livro (INL), em dezembro de 1937. Foi criado por iniciativa do ministro Gustavo Capanema. O INL tinha como objetivo a edição de obras literárias de importância para a formação cultural da sociedade, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional e, a expansão de bibliotecas públicas em todo o Brasil. Para Capanema, uma sociedade necessitava de bibliotecas para a sua formação, "centros de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, centros de cultura" (FGV, 2015?).

Art. 2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro;

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (Decreto-Lei nº 93, 1937).

Vê-se a criação do Instituto como um ponto essencial para o aumento das bibliotecas públicas no Brasil. O apoio do INL e o auxílio na criação de acervos e competências técnicas para os funcionários das bibliotecas foram de suma importância para a criação e o desenvolvimento das bibliotecas públicas. Porém, mesmo evidenciada a importância que o INL representava, o mesmo foi extinto em 1990 no governo de Fernando Collor de Melo (BRAGANÇA, 2001). Após a extinção do INL, as suas funções foram acumuladas pela BN.

A Lei do Depósito Legal, que inicialmente era a Lei de nº 1.825 de 20 de dezembro de 1907, a qual foi revogada para a Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004, com o objetivo de registro e guarda de toda produção intelectual nacional, além de controlar, editar e divulgar a literatura nacional e preservar a língua e a cultura do país.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Depósito legal: a exigência estabelecida em lei para depositar, em instituições específicas, um ou mais exemplares, de todas as publicações, produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda;

II – (VETADO)

III – (VETADO)

IV - Distribuição ou Divulgação: a obra comunicada ao público em geral ou a segmentos da sociedade, como membros de associações, de grupos profissionais ou de entidades culturais, pela primeira vez e a qualquer título;

V - Editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução gráfica da obra;

VI - Impressor: a pessoa física ou jurídica que imprime obras, por meios mecânicos, utilizando suportes vários;

VII – (VETADO). (DECRETO Nº 10.994, 2004).

A BN é a instituição responsável pela guarda de todas as obras produzidas nacionalmente, todos os autores devem enviar um exemplar de seus livros para o depósito na BN. Esta lei assegura a preservação da cultura do país, o que é essencial para a formação da cultura nacional. Vê-se a importância desta lei para a profissão do bibliotecário, onde exerce o seu papel como preservador e disseminador da cultura.

A próxima Lei citada neste trabalho será a Lei de Acesso à Informação nº 12.527 de 2011. A Lei de Acesso à Informação (LAI) viabiliza o acesso a toda informação pública, de qualquer empresa e órgãos públicos. Para acessar essas informações, o usuário não precisa dizer um por que ou para quê, apenas se identificar e acessá-las. Esta lei garante o direito de qualquer cidadão a poder ter acesso às informações de cunho público, sem restrições, pois, todas as informações produzidas por empresas ou órgãos públicos, são públicas, por isso,

quaisquer cidadãos que quiserem ter acesso à qualquer informação pública, deverão ter acesso.

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso. (LEI Nº 12.527, 2011).

Vê-se que a lei não é de total acesso à qualquer informação, existem exceções, como informações pessoais, essas informações devem ser tratadas com respeito ao indivíduo e respeitando a sua privacidade -, informações de características sigilosas, são informações que podem ser de risco para a população em geral -, ou informações do Estado, - que são informações referentes as atividades de inteligência do governo ou de relações internacionais. Portanto, essas informações, apesar de serem de características públicas, são tidas como sigilosas, para ter acesso a essas informações, é previsto apenas para autoridades competentes a cada informação.

A última lei que será citada, mas não menos importante, é a Lei de Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino do País, Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Pode-se dizer que esta lei está entre as mais importantes para a profissão do bibliotecário, pois decreta que todas as instituições de ensino do país, públicas ou privadas deverão contar com bibliotecas e deverão ser criadas dentro de um período de 10 anos. Portanto, todas as instituições de ensino do país tem o prazo até o ano de 2020 para instalarem bibliotecas dentro do padrão exigido por lei dentro de suas instituições.

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (LEI Nº 12.244, 2010).

Esta lei permite o que o ensino no país seja melhorado, pois sabe-se que as bibliotecas são fontes de informações que são essenciais para a formação do estudante e, conseqüentemente, do cidadão. Deste modo, entende-se como fundamental a criação de bibliotecas em todas as instituições de ensino para auxiliar e aperfeiçoar a formação de todos os estudantes, utilizando a biblioteca como instrumento de conhecimento e desenvolvimento para a sociedade, e respeitando a lei já citada anteriormente, a Lei nº 9.674 que regulamenta que outros profissionais não poderão exercer atividades que são designados para bibliotecários.

5.2 ENTIDADES REPRESENTATIVAS

Mesmo sendo uma área relativamente pequena e ainda com um pequeno tempo na história do país comparado a tantas outras profissões, pode-se dizer que o bibliotecário possui um número razoável de entidades representativas, como: Conselhos regionais e federal, sindicatos, entre outros. Desde o primeiro curso da BN até o momento, muitos movimentos associativos já passaram pela história da profissão no Brasil.

Destacando as principais entidades representativas que a profissão tem atualmente, estão: Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), os Conselhos Regional de Biblioteconomia (CRB), os Sindicatos e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). A história do movimento associativo e das entidades de classe da Biblioteconomia tem uma forte participação em seus principais marcos histórico e políticos.

De acordo com os autores Ribeiro, Miranda e Reis (2015), o movimento associativo e as entidades de classes trabalham para contribuir para a organização da sociedade e da própria profissão. Portanto, o movimento associativo busca melhores condições de trabalho, justas e com qualidade, além de pensar em questões que visam o desenvolvimento da profissão e da sociedade. Em qualquer profissão essas entidades representativas trazem benefícios, não só lutando por condições dignas de trabalho, mas também, atualizando e aprimorando o conhecimento dos profissionais da classe.

Em sua maioria, os bibliotecários só percebem a existência de tais entidades quando precisam pagar a anuidade do registro profissional que é feito pelos conselhos ou quando algum direito trabalhista é comprometido e é lembrado que existem os sindicatos. Mas o que os profissionais esquecem, é que essas entidades precisam da participação dos bibliotecários, não só quando algum direito lhes é tirado ou comprometido, mas para a construção do

movimento associativo da classe, para debater melhorias de atuação e melhores condições de trabalho. Abaixo serão apresentadas as principais entidades existentes e o papel de cada uma para a profissão.

A primeira entidade representativa da área da Biblioteconomia foi a Associação Paulista de Bibliotecários (APB), a qual foi criada posteriormente à criação do curso de Biblioteconomia na Mackenzie em 1929. (RIBEIRO; MIRANDA; REIS, 2015).

Segundo Bandeira (2007), a APB foi criada em setembro de 1938, foi fundada por Rubens Borba e foi esta associação que representou a partida para o movimento associativo, na área da Biblioteconomia no país. A APB foi fundada basicamente para seguir o que fazia a American Library Association (ALA). A ALA é uma associação dos EUA que visa promover as bibliotecas públicas, o desenvolvimento da profissão bibliotecária e garantir o acesso à informação a todos. A APB, criada por Rubens Borba, tinha o objetivo de: “[...] promover o aprimoramento cultural do bibliotecário [...] e também prestar serviços aos profissionais trabalhadores em bibliotecas editando manuais técnicos.” (BANDEIRA, 2007, p. 49). Outras associações com os mesmos objetivos foram surgindo pelo país a partir da criação da APB. A Associação Paulista funcionou durante muitos e muitos anos, lutando pela classe, prestando serviços, sempre em busca do desenvolvimento da biblioteconomia paulista e brasileira, porém esta associação, como muitas outras, foi sendo esquecida e deixada de lado. Atualmente a APB está desativada, o que vem a ser uma grande perda para o movimento associativo da Biblioteconomia.

Outra grande entidade da classe é a FEBAB. Esta fora criada em julho de 1959, sugerido durante o II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, - o qual pode-se dizer que é o congresso mais importante da área, onde milhares de profissionais se reúnem para compartilharem ideias, conhecimentos e experiências profissionais. A FEBAB é formada por entidades, associações da classe, instituições e pelos órgãos deliberativos e executivos. Sua missão é defender e incentivar o desenvolvimento da profissão de bibliotecário, além de visar unir as entidades e instituições, apoiando as atividades de todos aliados a FEBAB. A Federação também tem como objetivo criar e desenvolver atividades voltadas para a promoção das bibliotecas e seus profissionais. Todas as suas atividades são voltadas para o melhor desempenho e aprimoramento da profissão e da biblioteca (FEBAB, 2016).

Segundo Castro (2000) a FEBAB foi criada após reivindicações da classe para suprir necessidades da profissão e auxiliar o desenvolvimento da mesma, orientando e coordenando atividades que supram suas necessidades e para que as entidades representativas da área se

unissesem em prol da defesa da profissão. Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior foram os nomes que apresentaram a proposta para a criação da Federação, sendo Russo, como já foi citada anteriormente, a bibliotecária que iniciou o movimento para a regulamentação da profissão de bibliotecário, uma profissional bastante envolvida nas questões políticas e sociais da profissão.

Os Conselhos são umas das entidades mais conhecidas e reconhecidas da área, que tem por objetivo a reserva de mercado para o bibliotecário e a fiscalização da profissão. Tal ação é fundamental para que o bibliotecário seja respeitado e valorizado dentro da sociedade. Pode-se dizer que a FEBAB, o Conselho e os sindicatos são as principais entidades representativas da profissão. O CFB é o principal conselho da área, que foi previsto na Lei, 4.084 de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, porém o CFB só foi oficialmente instalado em março de 1966. Esta lei que através de muitos esforços de algumas bibliotecárias brasileiras, incluindo Laura Russo, foi aprovada e até hoje está lei contempla a profissão, como uma profissão regulamentada e de posse de um Conselho. A eleição para o primeiro presidente do Conselho Federal se deu no dia 16 de dezembro de 1965 e com muito merecimento Laura Russo foi indicada e por unanimidade, eleita a 1º presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CONSELHO FEDERAL..., 2016).

Nesta mesma Lei 4.084 foi previsto a criação dos Conselhos Regionais, os quais visam a fiscalização da profissão em suas determinadas regiões. Atualmente, existem 14 Conselhos Regionais de Biblioteconomia em diferentes regiões, que são: CRB-1 Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal; CRB-2 Pará, Amapá e Tocantins; CRB-3 Ceará e Piauí; CRB-4 Pernambuco e Alagoas; CRB-5 Bahia e Sergipe; CRB-6 Minas Gerais; CRB-7 Rio de Janeiro; CRB-8 São Paulo; CRB-9 Paraná; CRB-10 Rio Grande do Sul; CRB-11 Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; CRB-13 Maranhão; CRB-14 Santa Catarina; CRB-15 Paraíba e Rio Grande do Norte (CONSELHO FEDERAL..., 2016).

Segundo Spudeit e Fuhr (2011), os Conselhos Regionais são subordinados ao Conselho Federal, e realizam atividades administrativas, supervisoras, disciplinares e fiscalizam o exercício da profissão, orientam e defendem seus profissionais e também são responsáveis pela organização e manutenção de cadastros dos profissionais registrados no Conselho. Muito tem-se discutido pelos bibliotecários sobre a participação dos conselhos nas atividades da profissão, nas anuidades para a manutenção do registro profissional, e por outro lado, os conselhos tem-se manifestado relatando as dificuldades da manutenção dos funcionários e dos conselhos em si, a falta de pessoal e evidenciando a sociedade inflacionária atual e que

consequentemente, os preços das anuidades teriam que subir para suprir as necessidades dos conselhos para que possam continuar fiscalizando e monitorando o exercício da profissão

Outra entidade representativa que é bastante conhecida por seus profissionais, são os sindicatos. Esta entidade visa defender a classe, lutar por melhorias na profissão, melhores condições de trabalho, salários, horas de trabalho, amparar os profissionais em relação a questões empregatícias e garantir uma boa comunicação com a classe, os deixando cientes de tudo que está sendo reivindicado, assim como, orienta-los quanto ao mercado de trabalho e a valorização do profissional (SINDICATOS DE BIBLIOTECÁRIOS...DE SÃO PAULO, 2016).

O primeiro sindicato de bibliotecários criado foi o sindicato da Bahia em meados de 1970. De acordo com Spudeit e Fuhr (2011), a partir de uma mobilização do então presidente da FEBAB Antônio Gabriel, que surgiu o primeiro sindicato de bibliotecários. Porém, as autoras através de uma entrevista realizada com o presidente do Sindicato ressaltam que por falta de filiado e de “consciência profissional dos bibliotecários baianos” o sindicato da Bahia estava enfrentando grandes problemas e está desativado. Em São Paulo, o sindicato foi criado em 1985 e no Rio de Janeiro em 1989, a área ainda conta com muitos outros sindicatos espalhados pelo país.

Atualmente, muitos Sindicatos estão desativados ou enfrentando problemas por falta de profissionais engajados politicamente e que queiram participar ativamente se filiando aos sindicatos. Esta entidade que é essencial para a luta por melhorias para a profissão e para os direitos dos trabalhadores estão se desfazendo. Apesar de a profissão possuir sindicatos que tenham certo peso e força, que são o de São Paulo e do Rio de Janeiro, mesmo esses maiores sindicatos sofrem com falta de pessoal, de bibliotecários atuantes ou apoiando as ações dos sindicatos. É preciso lembrar que essas entidades não se levantam apenas quando algo compromete os direitos trabalhistas, mas estas estão ativas todos os dias, meses e anos trabalhando em prol da uma profissão mais valorizada e de uma sociedade menos preconceituosa e menos opressora para, principalmente, profissões como a do bibliotecário, que tem um papel social fundamental na sociedade como mediadora da informação, porém é pouco reconhecida pela própria sociedade e pelo mercado de trabalho em si.

Outras duas entidades importantes que representam a profissão, são: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO) e a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN). A ABRAINFO tem como missão a promoção dos trabalhos dos profissionais da informação por meio de realizações de eventos ou ações que visem o aprimoramento e o desenvolvimento da profissão, além de apoiar

atividades de outros órgãos e entidades. Muito mais que a busca pelo aprimoramento da profissão, por meio de aperfeiçoamento de práticas e técnicas, a ABRAINFO busca práticas que possam estar sempre ajudando a liberdade de expressão e a garantia do direito ao acesso à informação (ABRAINFO, 2012).

A ABECIN é uma entidade que tem por finalidade assegurar e ampliar o debate voltado para a formação de pessoal interessado na manutenção e ampliação de um corpo profissional que atue nas práticas da Ciência da Informação. A criação da ABECIN se deu por meio do entendimento de profissionais atuantes nas áreas do ensino e da pesquisa, da importância de possuir uma entidade que visasse o debate e a formação de profissionais para o ensino. A ABECIN é também “um espaço político no qual a discussão sobre a perspectiva da construção e experimentação de saberes novos é tão importante e significativa quanto à ação de praticar esses saberes conquistados” (ABECIN, 2014).

Todas essas entidades listadas anteriormente possuem um mesmo foco: representar os bibliotecários. Cada entidade possui a sua maneira de fazer, umas focando no ensino, outras em aprimoramento de técnicas, ou buscando que todos os direitos trabalhistas estejam assegurados, mas acima de tudo, todas essas entidades precisam representar o bibliotecário politicamente, e os bibliotecários precisam se fazer presentes em todos os debates.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste trabalho segue a metodologia de divisão em três partes: Campo de Pesquisa, as Técnicas de Coleta e Análise de Dados e a População/Amostra. Abaixo serão apresentadas todas as três partes para que o leitor conheça e entenda como foi realizada a pesquisa, modos e métodos da literatura para fundamentação da pesquisa.

6.1 CAMPO DA PESQUISA

O campo adotado para a pesquisa foi o empírico, bibliográfico e documental, pois realizou-se um levantamento de caráter histórico para analisar os principais marcos políticos da área da Biblioteconomia, suas principais leis e entidades representativas na área e, para isto, foram utilizados livros, artigos científicos e leis, além da utilização de artigos científicos para embasamento na discussão dos principais conceitos usados na pesquisa. O campo empírico escolhido para aplicação dos questionários foram 10 nomes de profissionais atuantes na área de Biblioteconomia, e politicamente envolvidos com a categoria. Estes nomes foram escolhidos, pois eram nomes mais acessíveis para consulta, e através de pesquisas por sujeitos que estão em evidência por atuar politicamente no Brasil, que debatem sobre assuntos decorrentes a política atual nas redes sociais ou em palestras, como o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff ou outros assuntos envolvidos, tanto como assuntos de cunho mais profissionais direcionado para a melhoria da atuação do bibliotecário. E, por mostrarem suas opiniões, esses nomes possuem papéis fundamentais para a ampliação do debate dentro da esfera profissional.

6.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Como técnica de coleta de dados, a presente pesquisa baseou-se na bibliografia indicada, e a partir destas leituras, pôde-se obter um entendimento maior sobre a história da Biblioteconomia e seus marcos políticos. Para a busca desta bibliografia, foram utilizados como principais fontes de buscas o Google Acadêmico, a base de dados BRAPCI, o Portal da Capes e o SCIELO, utilizando as palavras-chave “movimento associativo”, “Empoderamento”, “história da Biblioteconomia”, “política”, “biblioteconomia”, “bibliotecários”, entre outros, e a busca por referências nos próprios textos utilizados.

Para a etapa empírica, a técnica de coleta de dados utilizada foi um questionário com perguntas abertas e fechadas, ou seja, um questionário misto, que tem como objetivo analisar as dimensões políticas da Biblioteconomia nos dias de hoje, no ponto de vista de alguns nomes de profissionais que atuam politicamente. Este questionário contém um total de 8 perguntas, o qual foi entregue para os profissionais e devolvido preenchido via e-mail, sendo realizado no período entre abril e junho de 2016.

Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se a apresentação dos resultados, através do número de resposta, para as perguntas fechadas, e a análise de conteúdo, para as perguntas abertas. A análise de conteúdo tem como objetivo a identificação de determinados assuntos dentro do que foi abordado no conteúdo das respostas do questionário. Segundo Fossá e Silva (2013, p. 2): “A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador.”. Essa técnica é um instrumento metodológico que visa analisar diferentes fontes de conteúdo de forma que se obtenha uma análise qualitativa ou quantitativa dos dados (FOSSÁ; SILVA, 2013). Para Bardin (1977) a análise de conteúdo é uma técnica para análise de comunicação, e esta técnica procuram conhecer o que está por trás das palavras que são analisadas. Existem diversas etapas para se realizar a análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 39):

Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a interferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma a outra.

Por conta disto, esta técnica de análise de dados foi escolhida para ser utilizada nesta pesquisa, pois para as perguntas abertas, esta foi a técnica que mais atendeu o perfil dos resultados procurados por nós.

Por fim, para obter-se esta análise foi comparado as respostas de cada indivíduo à uma mesma pergunta, e isto ocorreu em todas as perguntas do questionário. Deste modo, foi possível encontrar as linhas de pensamento comuns ou diferenciadas sobre determinado assunto, o que proporcionou o entendimento das opiniões e questionamentos.

6.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA

Nesta pesquisa, a amostra foi formado por 10 bibliotecárias e bibliotecários brasileiros. Foi utilizado como critério de seleção, profissionais que produzam artigos

científicos com temas relacionados com o assunto abordado nesta pesquisa e que atuam politicamente e/ou estão envolvidos no movimento associativo da classe e que são mais acessíveis para o contato. As bibliotecárias e bibliotecários escolhidos para a amostra nesta pesquisa são:

Dalgiza Andrade Oliveira, possui bacharelado em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia/UFMG (1991), mestrado em Ciência da Informação PPGCI/UFMG (2005) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais PPGCI/UFMG (2011). É também professora da Escola de Ciência da Informação/Programa de Pós-Graduação em Gestão da Organização e do Conhecimento e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Programa Carro-Biblioteca/ECI (10/2013-10/2015).

Elisa Machado Alves Corrêa, possui bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e especialista pós-graduada em Tradução Inglês-Português pela Universidade Veiga de Almeida (UVA).

Marilda Lopes Ginez de Lara, possui bacharelado pelo Curso de Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1973), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1993), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999) e pós-doutorado pela Universidad Carlos III de Madrid. É professora livre-docente da Universidade de São Paulo e ministra aulas na Graduação e na Pós-Graduação.

Marielle Barros de Moraes, possui bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (2007), mestra em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP) e doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Foi presidente do Centro Acadêmico de Biblioteconomia Ramiz Galvão (mar.-jun./2007) e também diretora de Integração Universidade e Sociedade, do Diretório Central dos Estudantes da UFC (DCE/UFC) (2007/2008).

Marina Marchini Macambyra, possui bacharelado em Biblioteconomia pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Macambyra possui um blog pessoal sobre documentação audiovisual: A Imagem, o Som, o Tempo. Também colabora com o blog da Biblioteca da ECA, com o Bibliotecários Sem Fronteiras e Revista Biblio. Atualmente chefia o Serviço de Atendimento e Circulação da Biblioteca da ECA.

Rodolfo Targino, possui bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2011), graduação em andamento em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado em Ciência da

Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (2015).

Gustavo Saldanha, possui bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), especialização em Filosofia Medieval pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro (2010), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008) e doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). É pesquisador adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e em Biblioteconomia da UNIRIO.

Ricardo Queiroz Pinheiro, possui graduação em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1994), mestrando em Ciência da Informação pela ECA/USP. É funcionário estatutário da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, o qual foi cedido por empréstimo à Câmara Municipal de São Paulo onde atua na Assessoria Parlamentar da Presidência na área de Educação e Cultura.

Briquet de Lemos, bibliotecário e professor, atuou também como jornalista do Jornal do Brasil, professor na Universidade de Brasília e também diretor da Editora da mesma universidade. Assim que se aposentou, Briquet resolveu abrir a própria editora intitulada com seu próprio nome, Editora Briquet de Lemos.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1974), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1992) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina e também professor titular do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília).

7 DISCUSSÕES POLÍTICAS: SILÊNCIO NA BIBLIOTECA

Nesta parte da pesquisa serão apresentadas as perguntas abertas e fechadas que formam o questionário, para assim, por meio de categorias, todas as perguntas e respostas serem analisadas.

Para a realização desta análise, as perguntas fechadas serão agrupadas em uma mesma categoria que será chamada de “Apresentação dos resultados das perguntas fechadas”, e em seguida serão apresentadas e analisadas as respostas dadas as perguntas abertas, as quais serão subdivididas em categorias que serão derivadas das próprias perguntas, para que assim, possa ser realizada a análise do conteúdo com suas perguntas e respectivas respostas.

7.1) APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PERGUNTAS FECHADAS

O questionário é constituído de cinco perguntas fechadas e 3 abertas, nesta categoria são analisadas apenas as cinco perguntas fechadas, as quais são: 1) Você acha que os bibliotecários são politicamente ativos?; 2) Você acha importante a participação política dos bibliotecários?; 3) As organizações listadas abaixo satisfazem as necessidades políticas e de representatividade dos bibliotecários?; 4) Sobre a atual conjuntura do país em que se discute/discuti o impeachment da atual presidenta, você considera que bibliotecários devam se envolver neste debate? (esta pergunta foi elaborada antes da votação do impeachment, portanto, a atual presidenta da época da pergunta, ainda era Dilma Rousseff) e, por último, 5) Como você entende que deva ocorrer esse envolvimento?.

Na primeira pergunta, ao serem perguntados se acham que os bibliotecários são politicamente ativos, de 10 respondentes, 9 disseram que não e apenas 1 respondeu que sim. Dentre essa parcela escolhida de bibliotecários para responderem este questionário, é possível observar que é quase unanime entre eles a opinião de que os bibliotecários não são uma categoria politicamente ativa. O que já pode ser considerado como um indicativo ao problema de pesquisa citado anteriormente neste trabalho, a qual era desejado entender o quão política é a área da Biblioteconomia hoje. A segunda pergunta está interligada à primeira, pois pretende entender se os respondentes acham importante a participação política dos bibliotecários, e de 10 respondentes, 10 responderam que sim, acham importante a participação política dos bibliotecários.

A terceira pergunta fechada é direcionada a saber se na opinião dos respondentes as entidades representativas da área satisfazem tanto as necessidades políticas, como a de

representatividade da profissão. Foram perguntados sobre as seguintes entidades, as quais podem ser ditas que são as principais entidades da área atualmente: a) Conselhos; b) Sindicatos; c) FEBAB; d) ABRAINFO e e) ABECIN. Para a resposta desta pergunta, foram dadas as opções de “sim”, “não” e “não sei”. Na letra (a) a qual se refere aos Conselhos, teve-se entre 10 respondentes, 3 responderam que sim, os Conselhos satisfazem as necessidades políticas e de representatividade da profissão, e 7 responderam que não, os Conselhos não satisfazem essas necessidades. Para a letra (b) referente aos Sindicatos, entre 10 respondentes, 3 responderam que sim, e 7 responderam que não, os sindicatos não satisfazem as necessidades políticas e de representatividade da profissão. Já para a letra (c) FEBAB, entre 10 respondentes, 2 responderam que sim e 8 responderam que não. A letra (d) ABRAINFO, teve seu resultado entre 10 respondentes, 2 responderam que sim, eles satisfazem as necessidades políticas e de representatividade, 7 responderam que não, eles não satisfazem, e 1 respondeu que não sabe. Por fim, a letra (e) referente a ABECIN, de 10 respondentes, 4 responderam que sim e 6 responderam que não, a ABECIN não satisfaz as necessidades políticas e de representatividade dos bibliotecários. Deste modo, pode-se constatar dentre os respondentes a maioria entende que as entidades representativas existentes da área não estão satisfazendo as necessidades da profissão, tanto no âmbito social/político, quanto no profissional, de representar esses profissionais. É possível analisar, a partir das entrevistas realizadas, que para estas pessoas há uma falha na forma de agir dessas entidades, porém, será a culpa toda apenas dessas entidades ou a falta de participação dos bibliotecários nos assuntos decorrentes a política e a representatividade da área contribui para que essas entidades não estejam realizando suas atividades como deveriam? É algo a se pensar.

Na quarta pergunta fechada é perguntado se os respondentes acham que os bibliotecários deveriam se envolver no debate sobre o impeachment da Presidenta que durante a realização das entrevistas havia sido afastada para investigação pelo Senado. Entre os 10 respondentes, todos responderam que os bibliotecários deveriam se envolver neste debate. Esta pergunta foi elaborada pensando justamente no momento político em que a sociedade estava vivendo, onde se debatia se o impeachment era golpe ou não. Muitos bibliotecários entraram nesta discussão apresentando suas opiniões, prós e contras, e outros muitos achavam que falar sobre o assunto não era função do bibliotecário. Um vídeo foi criado e disseminado pelas redes sociais, o qual se intitulava “Bibliotecários contra o golpe”*, em que alguns bibliotecários expressavam o seu sentimento, sua opinião acerca deste momento em que o

* Endereço eletrônico do vídeo “Bibliotecários contra o golpe”:
<https://www.youtube.com/watch?v=FFXgUqtTYiU>

país estava enfrentando, e este vídeo gerou bastante polêmica e discussões em grupos do Facebook de bibliotecários, em que muitos expressavam sua opinião apoiando o vídeo e apoiando a estes bibliotecários que apareceram no vídeo, e muitos outros se expressavam contrários a este vídeo, pois achavam que este não era o papel do bibliotecário e que não deveriam se envolver nestes assuntos.

Por fim, a última pergunta questionava aos respondentes como eles achavam que deveria se dar este envolvimento político e havia 4 opções de respostas: “individualmente”; “coletivamente (conselhos/sindicatos...)”; “tanto individual quanto coletivo” e “não sei”. Para esta pergunta tivemos de 10 respondentes, 10 respostas “tanto individual quanto coletivo”. Este resultado demonstra que os entrevistados entendem que o envolvimento político não deveria se dar apenas por cada profissional isolado agindo politicamente, expressando sua opinião e defendendo seus interesses quanto a política do país, mas também as entidades representativas da profissão deveriam participar dos debates políticos, pensando em benefícios para a profissão, assim como na sociedade em que está inserido.

7.2) ANÁLISE DAS PERGUNTAS ABERTAS

Abaixo são analisadas as perguntas abertas, às quais estão divididas em subcategorias provenientes das próprias perguntas, para que deste modo possam ser analisadas as subcategorias com suas respectivas respostas.

7.2.1) QUAIS BENEFÍCIOS O ENVOLVIMENTO POLÍTICO DO BIBLIOTECÁRIO TRAZ PARA A CATEGORIA?

Nesta categoria os respondentes foram questionados sobre os benefícios que o envolvimento político do bibliotecário traz para a categoria. Todos acreditam que este envolvimento político trará sim benefícios para a categoria. Segundo Briquet de Lemos este envolvimento ajudará os bibliotecários a: “Fazer com que ele aprenda a buscar apoios e solidariedade nas comunidades de usuários e não usuários, mostrando-lhes que também devem exigir da classe política os recursos necessários para as bibliotecas” e também “Incorporar as palavras ‘biblioteca’, ‘livro’ e ‘leitura’ no discurso dos políticos”. Para Marielle de Moraes: “Em primeiro lugar, uma consciência de classe, de que esse profissional faz parte de algo maior do que o ‘eu’ bibliotecário, mas passa a pensar em ‘nós’ bibliotecários. Pensando assim, como classe, e não como sujeito isolado, os bibliotecários

podem conseguir benefícios para a classe; tais como, maior conhecimento e reconhecimento profissional, melhores salários, mais vagas de trabalho em locais públicos e privados que não sejam apenas aqueles que tradicionalmente lhes são ofertados”. Outro ponto interessante colocado por Marielle é o fato de que as entidades representativas não conseguem trabalhar sozinhas, sem o interesse e apoio dos bibliotecários: “Para isso, vejo que o sistema CFB, a FEBAB e outras instituições de classe favoreceriam esse maior conhecimento e reconhecimento profissional, mas a partir do momento em que esse profissional se reconhecer nessas entidades de classe e não ficar apenas reclamando das anuidades”. Outro ponto acrescentado por Marielle é que o envolvimento político não deve começar apenas quando profissionais, mas também como estudantes: “Outra questão a se colocar é que esse envolvimento político não deve se dar apenas quando do profissional já registrado e/ou trabalhando na área, mas deve iniciar desde a graduação, com os alunos envolvendo-se em Centros e Diretórios Acadêmicos, participando dos EREBDs e ENEBDs, de congressos da UNE, como forma, também, de se preparar para a vida profissional, já envolvido nesse ambiente crítico de participação política”. Outro benefício destacado por Dalgiza Andrade é que a partir do envolvimento político o bibliotecário: “Amplia sua compreensão individual acerca da realidade e possibilita um posicionamento mais coletivo quando se tratar de questões mais abrangentes no entorno dos interesses da categoria.”.

Para alguns respondentes o envolvimento político dos bibliotecários vai muito além de benefícios apenas para a categoria, mas também gerará benefícios para a sociedade, pois as ações políticas devem ser pensadas para benefícios de todos, e estas são opiniões que se tornam essenciais para o papel social de um indivíduo. Marilda de Lara destaca que: “O envolvimento político é, antes, uma opção de um sujeito social, alguém que, ao viver em sociedade, sabe que ela pode ser construída coletivamente. Segue-se à preocupação com a política (nacional, internacional), a preocupação com o papel da área da Ciência da Informação nos dias de hoje e, conseqüentemente, o papel social do profissional da informação.” Para Rodolfo Targino: “Os benefícios são variados, mas destaco principalmente o protagonismo nas decisões, demarcar posição, conquistar espaço, construir autonomia de classe, sair da zona de conforto e passividade, assim como desmistificar o mito da neutralidade do bibliotecário”. Já para Marina Macambyra o bibliotecário está inserido dentro de algo maior, e deveria começar a pensar e se envolver nos assuntos ao seu redor, e não se fechar apenas em assuntos voltados para a área: “Os benefícios para a categoria não são importantes. O importante é haver benefícios para a sociedade. Bibliotecários precisam parar de pensar na categoria, na profissão, na imagem da profissão etc. e começar a pensar no

mundo ao seu redor”. A respondente Elisa Machado possui uma opinião muito parecida com Marina, para ela nenhum profissional deveria pensar apenas em suas categorias, deveria pensar na sociedade em que vivem e estão inseridos: “Não gosto de pensar em categoria e não luto pela categoria de bibliotecários. O envolvimento político do bibliotecário é tão importante como o de qualquer outro profissional, que antes de ser um profissional é um cidadão. A participação política dos indivíduos gera vínculos, maior comprometimento com a coisa pública e o bem estar da sociedade.”.

A partir das respostas analisadas nesta categoria, fica claro que para os respondentes há benefícios perante o envolvimento político dos bibliotecários, tanto benefícios para a categoria, quanto para a sociedade, principalmente para a sociedade, pois este profissional pertence a algo maior que apenas a sua profissão. É importante reforçar a ideia de que o bibliotecário está inserido dentro de uma sociedade e que ações políticas realizadas para melhoria desta sociedade, também afetarão a categoria. Portanto, é praticamente impossível não pensar em benefícios para uma que não afetará a outra.

7.2.2) O QUE SIGNIFICA PARA VOCÊ O CONCEITO DE ATUAÇÃO POLÍTICA DOS BIBLIOTECÁRIOS?

Nesta categoria é analisado o significado do conceito de atuação política dos bibliotecários para os respondentes. Ao ser questionado sobre este assunto, Oswaldo Francisco respondeu: “[...] qualquer ação profissional é uma ação política, pois não é neutra, isenta ou imparcial, além de interferir, mesmo que inconscientemente, nos trabalhos, pesquisas e interesses do usuário”. Gustavo Saldanha respondeu também: “Atuação política significa a ação direta sobre os elementos fundacionais dos pensamentos biblioteconômicos em sentido macro e micro, indo desde a preservação de acervos a campanhas para a efetivação de representações legais (leis, decretos-leis, manifestos) que respondem pelas demandas democráticas sob a ótica documental-informacional.”. Nestas duas respostas vê-se que os dois respondentes afirmam que todas as atividades do dia a dia dos bibliotecários são ações políticas, portanto, os bibliotecários não estão isentos do fazer político.

Outros respondentes além de citarem a atuação política “interna” dos bibliotecários, através de suas atividades no dia a dia, citaram sobre a atuação política do bibliotecário fora do seu círculo profissional. Briquet de Lemos destaca que a atuação política dos bibliotecários: “É a capacidade de articular-se com as forças culturais, políticas e econômicas da comunidade em que se situa a biblioteca, mostrando-lhe o papel que as bibliotecas podem

desempenhar no apoio à educação, em todas suas fases, e na vida cultural. Significa incorporar o conceito mais amplo de informação ao dia a dia das comunidades e de suas lideranças”. Para Rodolfo Targino: “Participar das decisões políticas para criação de políticas públicas para bibliotecas, livro e leitura, educação, cultura, etc.”. Também acrescenta que: “Acredito que o bibliotecário precisa sair do seu nicho e ser um profissional mais participativo, explorar mais o caráter sociocultural da área e ser menos tecnicista.”. Mais uma vez um dos respondentes destaca que não existe neutralidade em ações do bibliotecário, como foi relatado na resposta dada por Ricardo Queiroz: “A neutralidade é uma ilusão. A política está presente no dia a dia nas relações que estabelecemos com o restante da sociedade, como membro de uma categoria ou no trabalho cotidiano. A politização insere o profissional e a própria categoria no campo decisório da sociedade.”. Vê-se que para Rodolfo e Ricardo, a partir de um envolvimento político dos bibliotecários, o profissional passará a participar mais das decisões, tanto envolvendo a profissão, quanto em decisões políticas para a própria sociedade a que pertence.

Para Marielle de Moraes, os bibliotecários deveriam se envolver mais com assuntos políticos do país: “A atuação política do bibliotecário não deveria estar restrita a discussões no Facebook sobre o valor da anuidade, mas, sobretudo, sobre questões democráticas nesse momento em que a nossa democracia está ameaçada.”. Elisa Machado também respondeu sobre a atuação política do bibliotecário tanto em suas atividades rotineiras, quanto em suas ações mais amplas: “Atuação política do bibliotecário pode ser percebida de várias maneiras, desde ações efetivas de participação em debates, comissões e etc, até no dia a dia, na forma de atendimento ao usuário, na forma de desenvolver seu trabalho.”.

Entende-se, a partir dos conceitos apresentados anteriormente nesta pesquisa, que atuações políticas não são apenas as ações ligadas a partidos políticos, pois cada ação, cada decisão tomada no dia a dia é uma ação política. Deste modo, vê-se que os respondentes destacaram dois tipos de atuação política, aquela mais interna, voltada para o atendimento ao usuário, a busca por políticas públicas para bibliotecas e etc, mas também, mais uma vez, foi relatado que o bibliotecário também atua politicamente na sociedade, em seus assuntos mais amplos, e que pode e deve se envolver e atuar em assuntos políticos que rodeiam a sociedade.

7.2.3) DE QUE FORMA VOCÊ SE ENVOLVEU NESTE DEBATE?

Nesta categoria foi questionado aos respondentes como eles se envolveram no debate recorrente a atual conjuntura do país, onde o que estava em discussão era centralmente o impeachment da ex presidenta, Dilma Rousseff. Todos os 10 respondentes responderam que

participaram deste debate de alguma forma, ou virtualmente, através de redes sociais, ou pessoalmente, indo a debates, atos e etc. Briquet de Lemos respondeu: “Unicamente pelas redes sociais. Aos 78 anos de idade, a saúde apresenta pontos fracos...”. Ricardo Queiroz: “Diretamente me posicionando como cidadão e profissional, participei de discussões em grupos virtuais, assinei manifestos e fui a protestos contra o impeachment.”. Dalgiza Andrade e Elisa Machado destacam o meio acadêmico como local para debates. Dalgiza: “Manifestando minhas convicções e entendimento acerca da política nacional por meio de redes sociais e espaços acadêmicos por compreender, inclusive, esse último como privilegiado para a reflexão” e Elisa Machado: “Por meio da participação em debates e palestras, com alunos, professores e pesquisadores, na universidade, em grupos de trabalho e em bibliotecas públicas e comunitárias.”, o meio acadêmico é um local muito rico em debates, estes assuntos deveriam aparecer cada vez mais em palestras, debates, atos, para estimular o meio acadêmico a participar mais da vida política da sua sociedade. Marielle de Moraes destaca sua opinião sobre o debate deste assunto visto no Facebook: “Hoje vendo os debates no facebook em comunidades de bibliotecários me dá um desânimo, pois vejo que os bibliotecários não tem a menor formação política para pensar um pouco sobre nossa sociedade e política sem tantos imediatismos e comentários que não levam em conta o movimento histórico brasileiro...”, e acrescentou sua participação neste debate: “Neste momento, me inseri em vários debates no Facebook; formei, junto com outros brasileiros que vivem no México um coletivo chamado ‘México-Brasil contra el golpe’, onde nos reunimos (a maioria estudantes e professores brasileiros e mexicanos da Universidad Nacional Autónoma de México-UNAM) para discutir a política brasileira (em barzinhos mexicanos, regados a tequila, cervejinhas e tacos, mas com muita seriedade). A partir desses debates fizemos várias manifestações em frente ao Centro Cultural Brasil/México e há duas semanas, antes da votação do impeachment, tivemos reunião com o embaixador do Brasil no México, para falar da situação brasileira e entregar a carta do nosso grupo.”. Marilda de Lara destaca que a participação dela neste debate sobre o impeachment não se deu apenas por achar que os bibliotecários deveriam fazer parte do debate, mas por um contexto maior: “Não entrei no debate sobre a participação política dos bibliotecários neste momento da vida política do país apenas por conta da ‘classe bibliotecária’, mas por compartilhar com os colegas (neste caso, da classe), preocupações semelhantes. Creio, no entanto, na importância de que a categoria (ou classe) bibliotecária pense nos seus problemas como problemas mais amplos, porque inseridos num contexto sociocultural, político e econômico.”.

É possível observar que o meio virtual é uma grande ferramenta para se levar o debate político para as pessoas, em especial as redes sociais que facilitam o acesso e a interação das pessoas que dele participam. Mas é importante ressaltar, que apenas o meio virtual não é suficiente, posto que estes debates precisam ser cada vez mais realizados na academia e em ambientes de trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou entender a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil, e entender o quão política é esta área. A partir da análise da literatura da área que contava a história da Biblioteconomia no Brasil, seus marcos, leis, bibliotecários reconhecidos, pode-se entender um pouco da história política da Biblioteconomia. E, principalmente, após a junção desta pesquisa com a literatura que mencionava a história da Biblioteconomia no Brasil e a leitura das respostas obtidas através dos questionários, os problemas desta pesquisa foram sendo respondidos.

É possível inferir que desde a criação do curso de Biblioteconomia no Brasil até os dias de hoje, os profissionais pouco se envolvem em assuntos políticos. Existe uma pequena parcela dos profissionais que lutam por melhorias para a categoria, para a criação de leis, decretos, ou que participam de entidades representativas da área, mesmo achando que estas deveriam tomar para si a responsabilidade pelas ações políticas da área, poucos profissionais realmente participam destas entidades. Portanto, a partir desta pesquisa é possível evidenciar qual é a dimensão política da Biblioteconomia no Brasil hoje, pois poucos foram no referido período os que acreditavam que o envolvimento na política realmente mudaria a profissão e a sociedade, e hoje em dia ainda vê-se que este cenário é bem parecido, uma grande parcela de bibliotecários ainda não acham que deveriam se envolver politicamente ou não querem, mas é possível observar que existe sim, um número razoável de bibliotecários que realmente se importam, demonstram interesse e buscam mudanças tanto para a profissão, quanto para a sociedade, e esta parcela que está envolvida politicamente, tem feito política em seus atos diários, participando de debates, levando os debates para os seus círculos de amigos e trabalho, ou para dentro do meio acadêmico, além de sempre estar aberto a debates em redes sociais.

Ainda é possível observar preconceito com relação à atuação política dos bibliotecários, para muitos profissionais o bibliotecário não deve se envolver com política, pois não é sua área de atuação, mas esquecem que a atuação política está presente no dia a dia de qualquer indivíduo desta sociedade, em qualquer decisão tomada, em qualquer caminho escolhido, pelas instituições escolhidas para trabalhar, em qualquer relação, principalmente em relações de trabalho ou relação bibliotecário-usuário, nenhuma ação é neutra, nem a do bibliotecário, logo, ao atender um usuário e opinar sobre algum livro ou autor, o bibliotecário está ali, atuando politicamente. Portanto, a partir da pesquisa realizada e dos relatos dos bibliotecários é possível perceber insistência pela neutralidade do bibliotecário, e a baixa

participação da categoria em debates políticos nos dias de hoje. Deste modo, é possível observar que a área da Biblioteconomia não é uma área muito politizada. Para uma reversão deste cenário é preciso entender os conceitos de política e perder o medo do envolvimento político, perceber que todos fazem política, e este envolvimento pode se dar em prol da sociedade, dos direitos para todos e da profissão de bibliotecário. Este envolvimento é algo comum a todos os cidadãos, e a partir do momento que isto for entendido pelas bibliotecárias e bibliotecários, talvez haja um maior envolvimento da profissão nestes debates. É preciso entender também o conceito de empoderamento, para que este passe a fazer parte do dia a dia de cada indivíduo, é preciso empoderar-se, ser dono de seus pensamentos, desejos e decisões, escolher um caminho a ser seguido com base em suas convicções, em suas opiniões. É importante não apenas empoderar-se como pessoa, mas também como profissional, para melhor refletir sobre o papel de sua profissão, bem quanto ao seu papel na sociedade.

A percepção obtida a partir da observação da sociedade, é que esta necessita de indivíduos que se interessem e lutem por ela, e o bibliotecário está inserido na sociedade, portanto, é seu dever tanto quanto de qualquer outro profissional, a de se envolver em debates políticos de todos os níveis: culturais, sociais e econômicos e aumentar o debate dentro da própria categoria, para que isso reflita nos assuntos ao seu redor. É preciso que a literatura da área sobre este assunto cresça, que se escreva mais e que isto estimule mais bibliotecários a escrever. Que sejam levadas estas discussões sobre questões centrais da sociedade para dentro da sala de aula, para que este envolvimento do bibliotecário venha desde a universidade.

O envolvimento político do bibliotecário abre a possibilidade de ajudar o profissional a construir uma visão mais crítica sobre o próprio campo de atuação, que permita refletir melhor sobre suas ações e atividades diárias, e que leve a uma maior compreensão sobre o seu papel social na sociedade, tanto o individual quanto o profissional. Para a valorização dos livros, da leitura e das bibliotecas, o bibliotecário precisa estar inserido nos debates políticos e sempre “Incorporar as palavras “bibliotecas”, “livro” e “leitura” no discurso dos políticos”, como disse Briquet de Lemos em uma de suas respostas ao questionário. Quanto mais o bibliotecário se envolver e estiver politizado, mais a profissão estará inserida no contexto da sociedade e terá maior poder de decisão e influência em assuntos relacionados à política e à profissão em si. O bibliotecário não pode se apegar apenas ao tecnicismo, o bibliotecário é fundamental para disseminar informações, incentivar a leitura, em especial a leitura crítica e também incentivar atividades culturais, além de realizar ações que podem influenciar no desenvolvimento da sociedade. Transformar a sociedade em uma sociedade leitora, crítica e com competência para buscar informações confiáveis e que realmente farão diferença para

esses indivíduos. Além de despertar uma consciência de classe e pensar na categoria de bibliotecários e não apenas no “eu” bibliotecário, como dito por Marielle de Moraes, os bibliotecários precisam adquirir consciência sobre a importância do movimento associativo, da luta por condições dignas de trabalho, melhoria de salário, e na conquista de direitos, no desenvolvimento da profissão e em seus deveres com a sociedade. A falta de interesse ou ainda o baixo envolvimento nas dimensões políticas da categoria acaba desvalorizando o próprio profissional, pois estes, que são muitos na profissão, não buscam melhorias para a sua categoria, portanto, se não se interessam por buscar melhorias para a sua própria categoria, nos parece mais difícil esperar que se interessem por melhorias para a sociedade. O movimento associativo precisa do apoio e da participação de profissionais bibliotecários para que tenham poder e voz frente aos governos e mesmo frente ao Estado. A união de bibliotecárias e bibliotecários trará benefícios para a profissão, fortalecendo e trazendo reconhecimento para a classe.

Este misticismo de uma perspectiva de neutralidade e de não envolvimento do bibliotecário em questões políticas precisa ser cada vez mais problematizada e apresentada como falácia. Todos possuem o poder da mudança e seus atos políticos podem se tornar transformadores. A política é muito mais que escolher um partido ou votar, política é poder opinar, poder controlar suas escolhas, empoderar-se, lutar contra as opressões e conquistar seus direitos trabalhistas e de cidadãos. A política pode ser retratada como processo cotidiano de reflexão, tomada de decisões e ação. A principal ação política que deve-se ter é a percepção de que existem papéis impostos para se exercer e que a partir desta compreensão entender quais os papéis que realmente entende-se que devam ser exercidos. Deve-se entender e problematizar a sociedade em que se está inserido, bem como o seu ambiente e condições de trabalho, para que haja debates, soluções e formas de luta.

A partir desta pesquisa foi possível compreender melhor o papel do bibliotecário e o papel que deve ser exercido na sociedade, em que seu envolvimento político é importante para a profissão e para o meio em que vive. Em especial, no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ, o qual possui um foco em gestão, este envolvimento é essencial pois trará uma carga maior para ajudar em suas tomadas de decisões e para a escolha do melhor caminho para a unidade de informação, e a gestão está sempre rodeada de decisões políticas.

O bibliotecário precisa empoderar-se, bem como construir o empoderamento de sua categoria, reconhecer a importância do valor de suas ações, a sua voz e força diante da sociedade, e para isto, é preciso envolver-se, lutar pela categoria, e principalmente, pela

sociedade em que está inserido, pois o bibliotecário antes de ser um bibliotecário, é um cidadão, e cidadãos possuem direitos e deveres, e estes devem lutar pelos seus.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Sueli Angelica do. Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional. **Ciência da Informação**, v.24, n.2, 1995.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Disponível em: <<http://www.ala.org/>>. Acesso em: 15. jan. 2016.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. Ed. Ícone, São Paulo: 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. ABECIN. 2014. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/abecin_conteudo.php?id=1>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO. Estatuto. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.abrainfo.org.br/estatuto>>. Acesso em: 16 dez. 2015.
- BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007. 129p.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BIBLIOTECA DA DIVERSIDADE. **Bibliotecários contra o golpe**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FfXgUqtTYiU>>. Acesso em: 1 jun. 2016.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da política**. São Paulo: Elsevier Editora, 2000. 720p.
- BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **MATRIZES**, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/97>>. Acesso em: 8 dez. 2015.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v.134, n.248, 23 dez. 1996. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2015.
- _____. Lei nº 4.084/1962, de 30 de Junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jul. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- _____. Lei nº 12.527/2011, de 18 de Novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da

Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Lei nº 9.674/1998, de 25 de Junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9674.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Lei nº 10.994/2004, de 14 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm#art11. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Decreto nº 84.631/1980, de 12 de Abril de 1980. Institui a “Semana Nacional do Livro e da Biblioteca” e o “Dia do Bibliotecário”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 1980. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84631-12-abril-1980-434169-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 93/1937, de 21 de Dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Lei 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.

CASTRO, César Augusto. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia. **Formação do profissional da informação**, coord. São Paulo: Polis, 2002. p. 25-48.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleções primeiros passos; 13).

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **O CFB: histórico**. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/historico/historico_03.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. CFB: 45 anos construindo a história da Biblioteconomia do Brasil!. **Boletim Eletrônico do Sistema CFB/CRB**, n.3, Especial, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/438/1/Boletim%20n%C2%BA%2032%20Especial%20-%2045%20anos%20do%20CFB.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Brasília. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Plataforma Lattes. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA 7ª REGIÃO. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.crb7.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 332p. Tradução de Andrea Stahel M. da Silva.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. São Paulo. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **TransInformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1486>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

FERREIRA, Maria Mary. et all. As relações de classe e gênero no mercado de trabalho do profissional bibliotecário no Estado do Maranhão. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2146>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FERREIRA, Mary; BORGES, Elinielle Pinto; BORGES, Luís Cláudio. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da(o) bibliotecária(o). **Biblionline**, João Pessoa, n. esp., p. 159-167, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/9637>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FONSECA, Edson Nery da. **Ser ou não ser bibliotecário e outros manifestos contra a rotina**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1988.

FONSECA, Edson Nery da. **Vão se os dias e eu fico: memórias e evocações**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2015. Disponível em: <<http://portal.fgv.br/>>. Acesso: 16 jan. 2016.

JORNAL DA FEBAB. **1959: o início da estruturação e da organização da classe**. São Paulo: FEBAB, 1989. Disponível em: <http://www.febab.org.br/jornal_febab_agosto_1989.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LIMA, Raimundo. **Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia: papéis e responsabilidades**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/html/saladeleitura.asp>> Acesso em: 15 jan. 2016.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, v.84, 353-364, 2011.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Aborsagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 29, n. 85, jun. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v29n85/11.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. 109p. (coleções primeiros passos).

MAGESTE, Gizelle de Souza; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, V, Belo Horizonte, 2008. **Anpad**. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2008/2008_ENEO548.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2016.

MEC, Ministério da Cultura. **Plano nacional do livro e da leitura**. Brasília: MEC, Ministério da Cultural, 2006.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema poder. ESTADO: Outras Expressões, 2014.

RIBEIRO, Alexsander Borger; MIRANDA, Angélica Conceição Dias; REIS, Juliani Menezes dos. Movimento associativo e entidades de classe: discussões existentes e a produção científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n.1, 02-19, jan/jun. 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Editora Globo, 1958.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista** (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006, ampliado na versão 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977. Tradução de Maria Esther de Araújo Coutinho, CNPq. Revisão de Helena Medeiros Pereira Braga e Heloisa Tardin Christovão, IBICT. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_dde99ac1c9_0009749.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados quantitativos. In: **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, Brasília/DF, 3-5 nov. 2013.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Agalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. Rurais agroind., Lavras**, v.7, n.1, 70-81, 2005.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, HISTORIADORES, MUSEÓLOGOS, DOCUMENTALISTAS, ARQUIVISTAS, AUXILIARES DE BIBLIOTECA E DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.sinbiesp.org.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis Oliveira; FUHR, Fabiane. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **TransInformação**, v.23, n.3, 235-249, set/dez, 2011.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

- 1) Você acha que os bibliotecários são politicamente ativos?
 a) () Sim b) () Não c) () Não sei
- 2) Você acha importante a participação política dos bibliotecários?
 a) () Sim b) () Não c) () Não sei
- 3) Quais benefícios o envolvimento político do bibliotecário traz para a categoria?
- 4) O que significa para você o conceito de atuação política dos bibliotecários?
- 5) As organizações listadas abaixo satisfazem as necessidades políticas e de representatividade dos Bibliotecários?
- | | | | |
|--------------|---------|---------|-------------|
| a) Conselhos | () Sim | () Não | () Não sei |
| b) Sindicato | () Sim | () Não | () Não sei |
| c) FEBAB | () Sim | () Não | () Não sei |
| d) ABRAINFO | () Sim | () Não | () Não sei |
| e) ABECIN | () Sim | () Não | () Não sei |
- 6) Sobre a atual conjuntura do país em que se discute/discutiu o impeachment da atual presidenta, você considera que os Bibliotecários devam se envolver neste debate?
 a) () Sim b) () Não c) () Não sei
- 7) Como você entende que deva ocorrer esse envolvimento?
 a) () Individualmente b) () Coletivamente (Sindicatos/Conselhos/...)
 c) () Tanto individual quanto coletivo d) () Não sei
- 8) De que forma você se envolveu neste debate?